



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 017

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE MARÇO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Sr. Deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Elio Rusch, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Marcos Isfer e Padre Paulo Campos (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 003/2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorização para

aumento do capital social da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Em data de 27 de janeiro de 2004, a diretoria da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR submeteu ao seu conselho de administração, proposta para aumento de capital social, no seguintes termos::

“Pela presente, estamos submetendo à apreciação desse Conselho de Administração, para aprovação, nos termos do estatuto da Companhia, proposta de aumento de capital, no valor de R\$397.382.886,79 (trezentos e noventa e sete milhões, trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, setenta e nove centavos), mediante capitalização de créditos do acionista Estado do Paraná, observadas as disposições da Instrução CVN nº 13/1980, com as alterações da Instrução CVN nº 370/2002, fundada nas considerações que são a seguir apresentadas.

A modalidade de aumento de capital proposta é por subscrição particular, na medida em que se destina a quitar débito que a Companhia possui para com o acionista controlador, na forma do permissivo contido no artigo 171, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404, de 1976, observado o direito de preferência de subscrição pelos acionistas, com prazo de trinta dias, contadas da data da realização da Assembléia Geral que sobre o aumento de capital deliberar.

A subscrição deve ocorrer com a emissão de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, para pagamento à vista ou, mais precisamente, no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo para o exercício do direito de preferência (as sobras), serão, no dia imediato, destinados à operação de capitalização dos créditos do Estado do Paraná, como as demais que lhe tocam em virtude de sua própria preferência, por ele subscritas como forma de recebimento desses créditos.

Os comprovantes dos lançamentos das ações escriturais nas contas de depósito dos acionistas serão entregues aos respectivos titulares no prazo de (trinta) dias da data da realização da Assembléia Geral que homologar o aumento de capital social.

Antecedentes

A Companhia ajustou com o Estado do Paraná a aplicação dos recursos oriundos de empréstimos obtidos junto ao Japan Bank For Internacional Cooperation para a execução do chamado Projeto ParanaSan. A partir de dezembro de 1998, iniciaram-se as liberações dos recursos para a execução desse projeto, os quais foram contabilizados na Sanepar, com crédito do Estado do Paraná para futuro aumento de capital, na conta denominada AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital).

Para essa mesma conta foram carregados os recursos decorrentes da dívida que a Companhia possuía para com a Copel, assumida pelo Estado do Paraná, relativas ao Termo de Reconhecimento de Débito firmado em 30 de janeiro de 1996.

Prevendo a possibilidade de quitar esse débito com o lançamento de ações no mercado internacional, preten-

dido para meados de 2002, o Conselho de Administração aprovou a convolação dos valores existentes na mencionada conta AFAC em mútuo a ser pago pela Companhia perante o Estado do Paraná, com vencimento para 31 de dezembro de 2002. O pagamento seria realizado sem dificuldades, com recursos próprios, advindos do lançamento das ações no mercado internacional (IPO).

No entanto, apesar das expectativas, aquele lançamento acabou não acontecendo, pelas razões já conhecidas pelos órgãos da Companhia.

Com isso, a Companhia ficou numa situação afliitiva, eis que tinha de honrar o pagamento de uma vultuosa soma, no montante de R\$194.644.989,40 (cento e noventa e quatro milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e nove reais, quarenta centavos), em 31 de dezembro de 2002, sem possuir recursos para tanto, mesmo que programasse a apropriação dos lucros do exercício anterior, em prejuízo da distribuição de dividendos a seus acionistas.

Houve, então, uma repactuação para pagamento desse valores ao Estado do Paraná, pela qual essa dívida e os demais créditos do Estado do Paraná, seriam pagos: a partir do exercício de 2005 o montante referente aos repasses do ParanaSan; e a partir de dezembro de 2002 o montante relativo aos recursos da dívida referentes à Copel.

Além disso, a Sanepar e o Estado do Paraná firmaram, em 29 de janeiro de 2002, um contrato de sub-empréstimo de recursos do Acordo de Empréstimo do ParanaSan.

De qualquer forma, tal fato deixou a Companhia com um passivo a longo prazo bastante elevado e preocupante diante dos encargos do endividamento e das incertezas quanto à flutuação da moeda estrangeira.

Situação atual

Sensível a esse quadro de endividamento, que não é interessante para a consecução dos fins sociais e de interesse dos serviços que a Companhia deve prestar com eficiência para a comunidade, o Estado do Paraná acenou com a possibilidade de retomar à posição que antes detinha, de receber seu crédito em ações - o que se revela de extremo interesse para a Companhia, eis que reduz o seu endividamento relativo a financiamentos, em 30 de novembro de 2003, da casa dos 1.248,7 milhões para 881,7 milhões de reais e lhe proporciona condições para novos investimentos. Nesse passo, o Estado do Paraná e a Companhia promoveram a resilição dos contratos de repactuação da dívida e do contrato de sub-empréstimo do ParanaSan.

Não pode a Companhia ficar com essa posição em aberto e, por isso, esta Diretoria faz a presente proposta de aumento de capital, para eliminar essa dívida de vultuoso valor, em virtude das resilições. Isso lhe permitirá evitar reflexos negativos no mercado acionário, trazendo, ainda, as seguintes vantagens:

- Redução do nível do endividamento da Companhia, melhorando a estrutura patrimonial;

- Eliminação dos riscos da variação cambial que afetam diretamente os Resultados Econômicos e Financeiros;

- Eliminação da necessidade de hedga para proteção cambial;

- Melhor performance nos resultados da Companhia com a eliminação de custos financeiros decorrentes de juros e variações cambiais sobre os referidos empréstimos e financiamentos, possibilitando novos investimentos em programas sociais para atendimento à população do Estado do Paraná;

- Aumento dos recursos financeiros para ampliação dos sistemas de abastecimento de água, e de coleta e tratamento de esgoto, beneficiando a população paranaense com saneamento básico acarretando, por consequência, maior receita operacional;

- Aumento das disponibilidades da empresa em decorrência do não pagamento das parcelas do serviço da dívida (Principal+Juros);

- Capitalização da Companhia;

- Aumento do nível de capacidade de endividamento da Companhia permitindo a captação de novos empréstimos e financiamentos para investimentos, o que por consequência futura redundará em aumento da receita operacional; e

- Aumento da capacidade de remuneração aos acionistas.

A dívida da Companhia para o Estado do Paraná, transferida para a conta AFAC, estava, em 31 de dezembro de 2003, composta dos seguintes valores (em milhares de reais):

Repasses do ParanaSan:

ParanaSan - de 1998 a 2001	156.159
ParanaSan - Contrato Espelho - JBIC: de janeiro/2002 a novembro/2003	185.051
no mês de dezembro/2003	12.755
Sub Total	353.965

Outros:

Estado do Paraná - COPEL	25.810
Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	17.608
Sub total	43.418
Total Geral	397.383

Sugere-se que sejam emitidas ações ordinárias, assegurando-se aos acionistas o direito de preferência para a subscrição do aumento na proporção do número de ações possuídas, independentemente da espécie que detiverem.

Preço de emissão das ações

Para o aumento do capital social, deve-se levar em conta (I) o valor patrimonial da ação, e alternativa ou conjuntamente, (II) a cotação das ações na Bolsa de Valores, admitido o ágio ou deságio em função das condições do mercado, e (III) as perspectivas de rentabilidade da companhia.

Tratando-se de sociedade de economia mista com ações cotadas em Bolsa de Valores, pode-se tomar como fator preponderante o valor de mercado, segundo a média dos últimos meses de negociação. Na Bolsa de Valores de São Paulo, só têm sido negociadas ações preferenciais da Companhia. Nem por isso, pode-se dizer que as ordinárias se distanciam muito do valor daquelas. As ações preferenciais, nos últimos seis meses, foram negociadas pelo valor médio de R\$1,70 (hum real e setenta centavos). No entanto, os outros fatores não podem ser desprezados. Tendo em conta que o valor patrimonial das ações da Companhia estava, no fechamento do mês de novembro, em R\$3,22 (três reais e vinte e dois centavos), aí incluídas as provisões para dividendos e imposto de renda, que têm de ser consideradas, e tendo ainda em conta, as perspectivas de rentabilidade da Companhia, que tendem a proporcionar melhor resultado com redução do seu endividamento, parece a esta Diretoria que o preço de emissão das ações para efeito do aumento de capital aqui proposto, pode ser fixado em R\$1,95 (hum real e noventa e cinco centavos) que, aliás, está equivalendo àquele que vem sendo praticado na Bolsa de Valores nos primeiros pregões deste ano.

Assim, deverão ser emitidas 203.786.095 ações ordinárias, devendo o capital social, portanto, ser aumentado de R\$831.707.029,68 (oitocentos e trinta e um milhões, setecentos e sete mil, vinte e nove reais, sessenta e oito centavos) para R\$1.229.089.916,47 (hum bilhão, duzentos e vinte e nove milhões, oitenta e nove mil, novecentos e dezesseis reais, quarenta e sete centavos)."

Considerando que na 2ª/2004 Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia, após a matéria ter sido amplamente discutida, os Conselheiros decidiram encaminhar a proposta da Diretoria à assembléia de acionistas a ser futuramente convocada.

Considerando que, originariamente, os créditos que agora se pretende utilizar para aumento do capital da Sanepar já foram constituídos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Considerando que da operação decorrerá desejável redução do nível de endividamento da Sanepar, o que proporcionará substancial aumento de sua capacidade de investimento.

Considerando que se trata de medida que vem ao encontro do interesse público e que a providência é medida de maior benefício à população paranaense.

Considerando que, em respeito ao disposto no inciso XX, do artigo 87, da Constituição Estadual, o voto

dos Conselheiros da Sanepar foi condicionado à obtenção de autorização da Assembléia Legislativa, é que eu, na condição de Governador do Estado, encaminho a presente mensagem, visando obter o indispensável consentimento dessa egrégia Casa de Leis.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a realizar operação de aumento de capital social na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, mediante conversão em capital próprio dos saldos de créditos para futuro aumento de capital de que é titular o Estado do Paraná, havidos até 31 de dezembro de 2003 nos registros contábeis da Companhia, observados os seguintes termos:

I - o aumento de capital social ora autorizado terá como valor máximo a cifra de R\$397.382.886,79 (trezentos e noventa e sete milhões, trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, setenta e nova centavos);

II - a subscrição deverá ocorrer com a emissão de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal;

III - o preço de emissão das ações para efeito do aumento de capital ora autorizado será de R\$1,95 (um real, noventa e cinco centavos).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 072/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo Sansey Cultural e Beneficente, com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Sansey - Cultural e Beneficente, com sede em Londrina, é uma entidade legal e juridicamente constituída sem fins lucrativos, com a finalidade de proporcionar aos seus associados atividades de caráter cultural, beneficente e social, como demonstra em seu estatuto e no relatório das atividades sociais desenvolvidas durante o exercício de 2003.

Suas metas vão ainda mais longe: é representante oficial da Associação Internacional de Filantropia em Benefício dos Países do Terceiro Mundo, com sede no Japão.

Diante do exposto, solicito dos nobres pares apoio ao pleiteado.

PROJETO DE LEI Nº 073/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Estado do Paraná, o Festival Estadual de Música Gospel, destinado a fomentar a divulgação deste gênero musical.

Art. 2º - O Festival será realizado anualmente e a seleção dos grupos musicais e candidatos aos prêmios do Festival Estadual de Música Gospel será feita por região e a premiação consistir-se-á, também, em incentivo e apoio para apresentação dos grupos selecionados em todo o Estado do Paraná e será feita pela Secretaria de Estado da Educação e/ou pela Secretaria de Estado da Cultura, mediante composição de Comissão Especial que deverá ser formada por um mínimo de 05 (cinco) membros a serem nomeados pelo respectivo Secretário da pasta responsável

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação e/ou Secretaria de Estado da Cultura fixará, num prazo de noventa dias, as demais diretrizes gerais do Festival Estadual de Música Gospel e será o responsável pela sua supervisão.

Art. 4º - Os recursos do Festival Estadual de Música Gospel terão origem:

- I - no orçamento da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Cultura, especialmente destinados ao Festival Estadual de Música Gospel;
- II - através de recursos do Fundo Estadual de Cultura;
- III - em outras fontes.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, sendo que contará com plena eficácia em 01 de janeiro de 2005, com a estipulação, pelo Poder Executivo Estadual das dotações financeiras e/ou incentivos fiscais necessários à plena execução do ora revogado.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Nos dias atuais, a Música Gospel tem encontrado espaço junto aos principais mecanismos de comunicação, alcançando sua posição em patamar de igualdade a todas as demais manifestações de arte e cultura, não só do povo paranaense, mas de todo povo brasileiro.

A Música Gospel, além de grande expressão da arte, assume importante papel nos processos de reintegração e sociabilização do indivíduo, uma vez que leva à população, principalmente ao jovem e adolescente, os conceitos cristãos de moral e ética.

No que pertine à competência, o presente projeto insere-se, no aspecto técnico-jurídico, no exercício das competências comuns entre a União, Estados e Municípios, na forma do inciso IX do artigo 24 da Constituição Federal. Não obstante, inexistente reserva de iniciativa do Executivo no projeto em exame, eis que a hipótese não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná, restando expressa tal possibilidade de iniciativa em face dos hilanos termos do inciso XVIII do artigo 53 da nossa Constituição Regional, que dispõe:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o específico no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria de legislação concorrente de que trata o artigo 24 da Constituição Federal.”

Assim, e a toda evidência, evidentemente afirmada a competência para a proposição do presente projeto. Por fim, tampouco há que se opor qualquer óbice de natureza orçamentária e financeira ao presente projeto. De início, verifica-se que a presente lei, ainda que possa ter vigência e plena eficácia com sua promulgação, só exercerá seus efeitos financeiros sobre as finanças estaduais - mediante prévia dotação orçamentária para fins de repasse dos recursos à realização do Festival Estadual de Música Gospel - no próximo exercício, atendido, com isto, o exigido nos incisos I e II do artigo 167 da Constituição Federal. E, de todo modo, só poderá realizar-se tal despesa mediante prévio estudo de impacto orçamentário e financeiro previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000.

Concluindo, a lei que ora se propõe, merecerá, dos Srs. Parlamentares, não só o apoio como a aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 074/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santa Izabel do Ivaí, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado no perímetro urbano da sede do município, com área de 4.000,00 m2, contendo edificações em alvenaria, localizado entre as Avenidas Manoel Ribas e Carlos Gomes e a Rua Afonso Pena, conforme o que consta na transcrição nº 686, do Livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel do Ivaí.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será cedido ao Município de Santa Izabel do Ivaí para manter o funcionamento no local da Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais daquele município, não podendo ter destinação diversa sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 11.925 e as demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de doar imóvel ao Município de Santa Izabel do Ivaí, para que ali possa continuar funcionando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais daquele Município.

A Lei nº 11.925, de 08 de dezembro de 1997, cedeu o referido imóvel à associação, mas a cessão impede que a entidade possa realizar projetos, como o de construção da sua sede própria, que seria de grande valia para os alunos e familiares que desfrutam do excelente atendimento da Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais de Santa Izabel do Ivaí.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 075/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam revogados os artigos 3º e seu parágrafo único, artigo 4º, artigo 5º e suas alíneas, artigo 6º e seus incisos, artigo 7º e seus incisos e o artigo 8º da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Decorridos seis anos de sanção governamental da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, consideramos que o tempo foi o suficiente para que os objetivos iniciais da proposta, implementar reestruturação societária da COPEL, fossem alcançados, desta forma, entendemos que inexistem motivos para a continuidade da vigência da autorização dada para alienar, dar caução ou oferecer em garantias ações do Estado no capital daquela companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamento ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei, que contempla, também, o desejo do atual Governo do Estado, que por várias vezes tem defendido, publicamente, os objetivos do presente plano de lei.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 369

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado o item 06 da Ordem do Dia de hoje por duas Sessões.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 370

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a utilização do Grande Expediente da Sessão Plenária de amanhã (30/03/2004) para pronunciamento do Secretário Aldair Rizzi, conforme requerimento aprovado por este Plenário solicitando sua presença.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 366

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento de Maik Douglas Waldow, ocorrido em 21 de março de 2004, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Pais Alcides e Ingrid Waldow, e aos irmãos Juliane Beti Waldow Gressler e Diedi Rodrigo Waldow, bem como à esposa Vanessa Borgmann Waldow e ao filho Patrick Borgmann Waldow, no seguinte endereço: Rua D. João VI, 2133 - Centro - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 361

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor, para toda a equipe da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, pela conquista de significativo prêmio, em razão do cumprimento das metas de trabalho previstas no termo de ajuste de metas junto ao Ministério da Saúde

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A Equipe de Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, ano após ano, tem cumprido rigorosamente todas as metas de trabalho pactuadas com o Ministério da Saúde para a fiscalização e orientação preventiva junto aos servidores de saúde de médio e alto risco como bancos de sangue e hospitais.

Esse trabalho tem reflexo direto na defesa das boas condições sanitárias sob as quais devem ser ofertados os serviços de saúde à população. É desta forma que se evitam danos iatrogênicos como infecções hospitalares e uso de imunoderivados não isentos de risco.

Por esta razão, ciente do alto impacto que tais medidas provocam, o Ministério da Saúde instituiu uma premiação de reconhecimento pelo cumprimento de metas de trabalho pactuadas. Tal premiação consiste de um aporte extra de recursos para investimentos em equipamentos que servem para melhorar ainda mais o desempenho dos trabalhadores da área e a eficácia de sua atividade.

Por cumprir todas as metas, a equipe de Curitiba está recebendo mais de duzentos equipamentos a serem usados no seu dia-a-dia (computadores, medidores digitais, GPS, rádio comunicador, câmeras, termômetro e cronômetro digitais, etc). Esses equipamentos já estão chegando e passando a contribuir com o trabalho da Vigilância.

Quando nos serviços, principalmente públicos, equipes de trabalho são capazes de estabelecer dinâmicas positivas como essa, que desencadeiam verdadeiros ciclos de desenvolvimento virtuoso de um campo de atividades, com reflexo direto na proteção e bem-estar da população, é necessário que representantes do poder público se pronunciem, para manifestar louvor e reconhecimento aos trabalhadores e votos de bom proveito ao orgulho e auto-estima que merecidamente devem estar experimentando, fruto do seu trabalho e esforço.

REQUERIMENTO Nº 362

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor para toda a equipe da Master Propaganda, pela conquista do Grand Prix de Nova York, prêmio inédito para a propaganda do Brasil.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A agência de propaganda Master, com sucursal em Curitiba, conquistou um prêmio inédito para a propaganda do Brasil. O filme inscrito foi considerado o melhor entre todos os comerciais de um dos maiores festivais de publicidade do mundo, com mais de 54 países concorrentes ao prêmio.

Pelo feito, demandamos o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa, de voto de louvor para toda a criativa equipe dessa respeitada agência de criação.

REQUERIMENTO Nº 357

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, DD. Secretário Estadual dos Transportes, solicitando a readequação e cascalhamento de estrada vicinal Três Lagoas, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Três Lagoas tem sua base econômica predominantemente ligada à agricultura, sendo que o acesso àquela zona rural não possui asfalto ou outras modalidades de sistema primário, prejudicando o escoamento da produção agrícola, provocando tráfego lento e desgastes prematuros dos veículos, principalmente os de transportes pesados, tais como caminhões e coletivos que utilizam-se daquela via para acessar o centro da cidade ou demais regiões.

Também com as obras de readequação e cascalhamento facilitará o acesso daquela população à saúde e educação, proporcionando transporte de boa qualidade e conseqüentemente maior rapidez de locomoção, fato imprescindível para o desenvolvimento daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 358

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o aumento do quadro de funcionários das Polícias Civil e Militar no Município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

São Miguel do Iguaçu tem sido alvo de muita violência por parte da marginalidade, sendo que a maioria dos delinquentes são oriundos de outros Municípios, e o número de policiais civis e militares não é suficiente para combater o crime.

REQUERIMENTO Nº 364

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando informações sobre o montante das ações da Copel, que através da autorização dada pela Lei nº 12.355, de 08 de dezembro

de 1998, foram alienadas, dadas em caução ou dadas como garantia de operações de crédito, funcionamento ou operações de qualquer natureza.

Solicita, também, informações sobre montante das ações da Companhia Paranaense de Energia, de titularidade do Estado do Paraná e outras entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 368

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, relativos ao relatório Final da CPI do BANESTADO, com base no Decreto nº 253 de 29/01/2003:

- quando foi recebido, pelo Governo do Estado, o Relatório Final da CPI do BANESTADO;

- se foram tomadas providências no sentido de requerer judicialmente junto ao Banco Central do Brasil, o ressarcimento de diferenças cobradas a maior no cálculo do custo da dívida do Banco do Estado do Paraná quando do seu saneamento.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 367

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, o encaminhamento à Procuradoria Geral da Justiça, por este Poder Legislativo, da denúncia formalizada conforme instrumento em anexo, relativa à aquisição e instalação de uma piscina na residência de verão do Governo do Estado, situada na Ilha das Cobras na baía de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS E VALDIR ROSSONI

Exmo. Sr. Dr. Milton Riquelme de Macedo

Digníssimo Procurador Geral da Justiça

Os Deputados que a presente denúncia subscrevem, vêm noticiar fato trazido a conhecimento deste Poder Legislativo na Sessão Plenária de ontem, dia 22 conforme documentos que anexa, e solicitar a V. Exa. a determinação de providências investigativas e fiscalizatórias desse egrégio Ministério Público Estadual quanto à aquisição e instalação de uma piscina na residência de

verão do Governo do Estado, situada na Ilha das Cobras, baía de Paranaguá.

No aguardo das providências socilitadas, apresentamos a V. Exa. nossa admiração e respeito, empenhando nosso apoio com votos de uma bem sucedida gestão frente à Procuradoria Geral da Justiça deste Estado.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS E VALDIR ROSSONI

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, numa deferência toda especial do Deputado Luiz Carlos Martins e Elio Rusch, com a concordância dos Deputados Delegado Bradock, Dobrandino da Silva e Vanderlei Iensen, será concedido um tempo de 10 minutos ao professor José Lemos, para falar em nome da APP.

O professor José Lemos não poderá ser, durante os 10 minutos, interrompido pelos Srs. Parlamentares.

Passo a palavra ao professor José Lemos.

O SR. JOSÉ LEMOS

Obrigado, Sr. Presidente, obrigado aos Deputados e Deputadas aqui da Assembléia Legislativa que têm sempre com muita responsabilidade e autonomia, recebido os professores e os funcionários das escolas aqui nesta Casa.

Então, o nosso agradecimento, inclusive enaltecendo o trabalho da Assembléia na defesa da escola pública e dos educadores do Paraná. Votaram um Plano de Carreira importante para a nossa categoria. Plano esse que foi sancionado no dia 15/03 e de forma inesperada e intempestiva o Governador após um veto no artigo 47. O artigo 47 é o último artigo do Plano, um artigo muito importante.

O artigo determina a data da validade do plano. O artigo 47 diz que essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário e mais do que isso, retroagindo a fevereiro de 2004.

O veto foi integral, ele suprimiu o artigo inteiro. Ao suprimir o artigo inteiro a lei foi publicada no dia 15/03, sem data. Portanto, vale aí o Código Civil Brasileiro. Logo ela vai passar a ter validade no dia 29/04. Sendo assim, o novo salário será a partir de maio, logo ficaremos sem os reajustes de fevereiro, março e abril. Isso representa uma diferença de 69 milhões ao montante negociado com o Governo do Estado e aprovado aqui pela Assembléia Legislativa.

Tenho nas mãos a Mensagem do Governo encaminhada a esta Casa. E na Ordem do Dia de 01/03, na Sessão Ordinária nesta Casa, está a página 24 da Ordem do Dia e nesta página consta aproximadamente 23 milhões por mês a partir de fevereiro.

Portanto, esses recursos já estavam negociados e disponibilizados e veiculado pelo Governo que eram 270

milhões a mais na nossa folha durante 2004. A Fazenda apresenta um cálculo contestado pelo DIEESE e pela APP, que coloca 267,7 milhões em um único mês que é o mês de fevereiro de 2004, fazendo extrapolar assim o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal no primeiro quadrimestre.

Observamos que está errado esse cálculo, solicitamos ao Governo que refaça o cálculo e que cumpra com o acordo firmado com os professores do Paraná, e com esta Casa, que votou com unanimidade este projeto e votou na íntegra.

Então, estamos dispostos a negociar em exaustão e aguardar do Governo uma proposta. Essa proposta nós queremos, ainda hoje, do contrário nós queremos pedir aos deputados que votem de acordo com o seu todo do dia 3 de março, que vote pela derrubada do veto aposto pelo Governo nesse projeto. Por que esses 69 milhões pertencem à Educação, ele está no mínimo estabelecido pela Constituição que é 25% da Receita de Imposto para a Educação.

Portanto, não faz sentido transferir esses recursos para as outras áreas. Não se trata de ingratidão, não se trata de brigar, a APP não está querendo briga, nós queremos a reposição retroativa a fevereiro.

Quero dizer que não tendo esses três meses, vamos perder o salário equivalente há um mês, porque em média o reajuste é 33.36 vezes três meses, dá 100% o salário de um mês.

Portanto, não é uma pinima, uma nota que a Imprensa Oficial divulgou dizendo que estávamos brigando por pinima. Se for pinima, é pouco, então o Governo pode bancar. E para nós não é pinima, o salário de um mês representa muito, para aqueles que estão, há muito tempo, esperando essa reposição.

Contamos com o apoio do Governo, aqui, com a Base Aliada ao Governo; contamos com o apoio dos deputados da Oposição e, também, dos deputados que são independentes nesta Casa. Gostaríamos de ter o entendimento, ainda hoje. Caso o Governo resista, queremos que os Deputados então mantenham os seus votos derrubando o veto.

Mais uma vez, reafirmamos os nossos compromissos em defesa da escola pública e da Educação com qualidade. Nesse sentido, estamos dando uma aula de cidadania aos nossos alunos, hoje. Porque nos conteúdos que ensinamos nas escolas, nós ensinamos que o aluno precisa ter senso crítico, que precisa se tornar um cidadão capaz de defender aquilo que acredita, onde tiver injustiça, ele tem que se levantar contra ela. No dia de hoje, estamos dando uma grande aula de cidadania, chamando os nossos alunos para exercitar o seu direito de democracia, o seu direito de defender-se quando é atacado.

Não queremos xingamento, não queremos briga, não queremos ataque; queremos que o Governo abra o diálogo para que possamos resolver essa situação pendente.

Mais uma vez, reafirmamos os nossos agradecimentos a todos os Deputados e Deputadas, dizer que foi muito importante a aprovação de Plano de Carreira, reconhecemos que o Governo tem negociado vários pontos importantes para a Educação, mas não podemos concordar com esse veto.

Portanto, o Governo tem alternativa, inclusive, ao veto. Ele coloque na mesa, porque ele tem mecanismos para resolver essa situação imposta. Queremos, então, dialogar e resolver a situação o mais rápido possível.

Obrigado, Presidente e Srs. Deputados. Está aí o nosso pedido.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem de inscrição, no Pequeno Expediente, o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e senhores professores, é uma satisfação recebê-los nesta Casa.

Quero inicialmente cumprimentar o Presidente Hermas Brandão pelo seu discernimento ao Presidente da APP, professor Lemos, a oportunidade de usar a palavra nesta Sessão Plenária.

No dia de ontem, uma manobra regimental proposta pelo Líder do PMDB nesta Casa tentava impedir que o professor Lemos pudesse fazer uso da palavra nesta Sessão da tarde.

Inscrevi-me no Grande Expediente, o Deputado Neivo também se inscreveu, era nossa intenção inclusive convidar o professor Lemos para fazer uso da palavra no Grande Expediente no nosso lugar, porque nunca, em tempo algum, proibiu-se a qualquer entidade deste Estado usar a tribuna da Assembléia para poder expor os seus pensamentos, as suas reivindicações.

Mas, Srs. Deputados, o Governo fez inicialmente uma proposta no mês de outubro para a APP, no Quadro de Cargos e Salários, recuou, voltou atrás. Essa proposta chegou inclusive a ser aprovada pela APP em Assembléia com os professores do Estado do Paraná e efetivamente o Governo recuou no mês de dezembro quando todos nós estávamos aqui no início do recesso parlamentar para votar o Plano de Cargos e Salários dos Professores e o Governo efetivamente não teve a competência para encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a proposta que venha de encontro aos interesses dos professores do nosso Estado.

Novamente em janeiro, uma nova ironia, uma nova pilhéria: o Governo dizia que não encaminhava o Plano de Cargos e Salários no mês de janeiro para a Assembléia Legislativa, porque não queria que os Parlamentares recebessem jeton. E, muito prontamente o Presidente da Assembléia, Hermas Brandão, disse à APP, aos professores do Paraná, à sociedade paranaense, que os parlamentares, uma vez que o Plano de Cargos e Salários

chegasse à Assembléia Legislativa, imediatamente, sem recebimento de jeton convocaria a Assembléia sem nenhum custo para o Estado. Mas, o Plano de Cargos e Salários não veio no mês de janeiro.

Na primeira reunião da CCJ, que tive conhecimento do Plano de Cargos e Salários, inclusive o professor Lemos estava lá, eu levantei uma questão porque na sutileza da lei entendia que o Governo já não tinha, quando mandou a proposta, a intenção de pagar o Quadro de Cargos e Salários retroativo a fevereiro. Tanto é que ele não fixava a data quando se referia a fevereiro. Poderia ser o primeiro dia de fevereiro ou poderia ser o dia 29 de fevereiro. Até efetivamente, de prontidão eu levantava aquela questão na CCJ. E depois, várias emendas nós apresentamos.

Agora vem o Governo dizendo que não tem dinheiro para pagar o salário dos professores retroativo ao mês de fevereiro!

Pois bem, recebemos aqui o Balanço do quadrimestre que trata do saldo dos ativos disponíveis em caixa, do Governo do Estado, no mês de janeiro a dezembro de 2003. E o que nós temos? Temos em caixa, na administração direta e na administração indireta, um bilhão, noventa e nove milhões, trezentos e três mil reais.

Como pode o Governo dizer que não tem recursos? Como pode o Governo agora, quando assume o compromisso, tentar rapar pelo menos o equivalente a um salário dos professores do Estado do Paraná? Porque 33% em fevereiro, 33% em março, 33% em abril equivalem a um salário inteiro no decorrer do ano de 2004. Não podemos aceitar, como com muita competência a APP e os professores do Paraná não aceitam isso que pode configurar-se num verdadeiro assalto ao salário dos professores do Estado do Paraná.

Temos aqui, no próprio Balanço do Governo, que quarenta e cinco milhões de reais são recursos do FUNDEF. Desses quarenta e cinco milhões e o reajuste aprovado pela Assembléia Legislativa tem o impacto mensal de vinte e três milhões na folha de pagamento do Estado/mês. Ora, se temos quarenta e cinco milhões no FUNDEF que podem ser usados no salário referente a fevereiro e teríamos se usássemos esses vinte e três milhões em fevereiro, mais um saldo de treze milhões para usarmos no mês de março, não se sustenta, não é consistente o argumento do Governo do Estado de que não tem os recursos para pagar o compromisso que assumiu com a APP Sindicato, que assumiu com os professores do Estado do Paraná.

Por isso, vamos denunciar, porque não é como disse o Governador no dia de ontem. Ele tentou desdenhar, tentou afirmar ontem na “escolinha do professor Raimundo” que, efetivamente, não se trata de uma conquista dos professores o quadro de cargos e salários, é uma promessa que fez o Governador e ele está cumprindo, mas todos nós sabemos que essa promessa é um compromisso de campanha assumido pelo Governador e que está honrando, mas está tentando dilatar esse com-

promisso e nós não entendemos que isso seja só unilateral, é bilateral e não adianta o Governo tentar desmerecer, é uma conquista dos professores do Estado do Paraná e, efetivamente, o Governo do Paraná terá que cumprir esse compromisso assumido com a APP e com os professores do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr.Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Gostaríamos de agradecer e registrar a presença nesta Casa, além de todos os nossos professores, do Prefeito de Manguinhos, Miguel Aguiar; do Vereador Augusto Javon; do Presidente da Associação Comercial daquele Município, Paulo Minosso e do Presidente do PDT, Edmilson Palau.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores professores, professoras e imprensa aqui presentes:

Tenho procurado acompanhar o desempenho da receita do Governo do Estado do Paraná, porque nós viamos de longe, nunca participamos das reuniões que a APP fazia com o Governo. Veio a esta Casa o Líder do Governo, no mês de Outubro, cobrado pelos Deputados de Oposição, dizendo que no final do mês de outubro chegaria a esta Casa o projeto do Plano de Cargos e Salários dos Professores. Passou o mês de outubro, passou o mês de novembro, passou o mês de dezembro e aí chegou o recesso parlamentar. No recesso parlamentar houve uma especulação de que o Governador não convocaria esta Casa porque os Deputados estariam interessados em receber o jetom da convocação. Na sua unanimidade todos os deputados se pronunciaram aqui dizendo que abriam mão do jetom e que o Governador convocasse esta Casa para que pudéssemos ter a oportunidade de discutir aqui o projeto enviado pelo Governo. Caiu por terra o discurso do Governador, porque o jetom não era mais o problema, mas não veio o projeto.

Então, de outubro ficou para dezembro, de dezembro ficou para o recesso, do recesso ficou para janeiro e de janeiro ficou para fevereiro. Chegou aqui o Plano de Cargos e Salários, nós achamos que a atitude do Governador, apesar de atrasada, foi sensata, foi um dos grandes avanços que um Governo pôde oferecer aos professores do Paraná, merecidamente. Mas, agora essa notícia do veto do Governador, acredito que não venha em boa hora.

Lá no mês de outubro a justificativa do Governo era que eles não estavam conseguindo fechar os cálculos e agora nós estamos observando, pelo veto do Governador, que também não conseguiram fechar os cálculos. Estou achando que precisamos formar uma Comissão de Professores de Matemática para auxiliar o Governo do Paraná, porque se em um ano e três meses não conseguiram fechar exatamente as contas, nós, como Par-

lamentares, temos obrigação de vir a esta Casa demonstrar a verdade.

Estou aqui, senhores professores, com a Audiência Pública que veio a esta Casa e que é exigida por lei, do Secretário das Finanças do Estado do Paraná, um dos homens mais conceituados do setor público paranaense que esteve nesta Casa. Só quero que os professores tenham conhecimento da situação do Governo e é importante que se diga isso! No mês de junho de 2003 fiz um requerimento, porque já corria o boato que se estava fazendo esse cálculo. Encaminhei ao Governo do Paraná um pedido para que informasse quantos recursos estavam disponíveis na caixa do Governo. Quero dizer aos senhores que ainda em junho de 2003, antes do recesso de julho, o Governo do Paraná tinha um bilhão e trinta e três em caixa.

(Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PSDB)

Passou-se todo esse tempo, poderia ter acontecido algo extraordinário no Paraná ou obras no Paraná, mas pelo o que temos observado isso não aconteceu e agora no demonstrativo do Secretário Heron Arzua o resultado dos recursos do Governo em caixa é o seguinte: em bancos, um bilhão e noventa e nove; na conta movimento, novecentos e vinte e um milhões; nas contas vinculadas, dezenove milhões; e aplicado tem cento e cinquenta e sete milhões. Então, a situação financeira do Estado já vem em boas condições desde o ano passado e chegou um momento no mês de março ou de abril em que o Governo acumulava um bilhão e meio em caixa e depois caiu um pouco no mês de julho, para um milhão e trinta e três, que foi a informação dada pela Secretaria; e agora, no mês de dezembro, com um bilhão e noventa e nove.

O melhor mês da arrecadação do Estado do Paraná foi o mês de janeiro deste ano, foi dada essa notícia pela imprensa. Se pegarmos o mês de janeiro, que foi record de arrecadação, eu não tenho nenhuma dúvida, convocado aqui o Secretário das Finanças, hoje o Governo do Paraná, hoje acessei o site da Secretaria das Finanças, hoje o Governo do Paraná tem um bilhão e duzentos milhões em caixa para atender o que os paranaenses desejam.

Essa choradeira que começou ainda no ano passado de que o Governo do Paraná não tem dinheiro, não é verdade porque o Governo recebeu em condições de dar aumento ainda no mês de abril do ano passado, e vai comemorar um ano, e o dinheiro está guardado na caixa do Governo.

Então, a questão do dinheiro fica aqui, de qualquer forma, explicada para que os professores possam levar isso a todos os paranaenses.

E vejo aqui o Prefeito de Manguaçu, quero dizer ao Prefeito de Manguaçu que travamos uma grande luta com o Sudoeste do Paraná para fazermos uma estrada que ligasse o Sudoeste com o Sudoeste. Iniciamos

a estrada, deixamos os recursos em caixa para prosseguirmos a obra no ano de 2003 e também aquela obra foi cortada pelo Governo pela explicação usual: “não tem dinheiro em caixa”.

Concedo um aparte ao ilustre Parlamentar, Líder do PMDB, Deputado Anibelli.

O Sr. Antônio Anibelli

Gostaria de agradecer a V. Exa. o aparte, porque concordo plenamente com V. Exa., o dinheiro que existe em caixa é o dinheiro que o Governador Roberto Requião economizou, implantando dignidade e honradez neste Governo, não jogando dinheiro, como V. Exa. sabe. Queridos educadores e professores, o dinheiro que não foi dado a vocês professoras e professores foi o dinheiro que eles gastaram nas rádios dos Deputados que hoje se revezam na tribuna. Só nos semestres do ano de 2002 foram gastos três bilhões de reais. E no ano passado do Governo Roberto Requião foram gastos setecentos mil. É dignidade e honra em favor da educação. Nove anos V. Exas. mentiram ao Paraná. E nós hoje, com um ano de administração séria, acabando com a venda da COPEL, com a venda da SANEPAR, com a venda do BANESTADO, que foi o maior crime cometido neste Estado. V. Exas. vêm fazer demagogia com os nossos mestres! Levem ao interior, as suas escolas, a aula de cidadania, que V. Exas. têm que dizer aos estudantes, para que lá digam que o dinheiro público em oito anos foi roubado de vocês...

(Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta Presidência solicita às galerias, aos nossos queridos professores que se mantenham na mais perfeita ordem, conforme nós sempre recebemos a todos os paranaenses que vêm aqui, não é permitido às galerias se manifestar durante o pronunciamento dos Deputados e nem após.

Gostaríamos de pedir a compreensão dos nossos professores e também pedir a compreensão dos Srs. Deputados, porque quem está com a palavra é quem se encontra na tribuna, embora tenha concedido o aparte ao Deputado Antonio Anibelli, mas o aparte deve ser sempre breve e cortês, segundo o nosso Regimento.

Então, eu devolvo a palavra ao orador que está na tribuna para que possa terminar o seu pronunciamento concedendo o tempo que V. Exa. não teve a condição de retomar as suas palavras. E solicito aos professores mais uma vez que, por favor, não se manifestem para que a Sessão possa correr dentro da normalidade embora todos nós possamos respeitar a opinião de cada um com relação àquilo que aqui é dito pelos nossos Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, só gostaria que V. Exa. descontasse o tempo porque eu tinha o direito da palavra, fui cerceado no meu direito aos gritos aqui.

(Assentimento)

Eu agradeço. Então, o que eu trouxe aqui, Srs. Parlamentares, são números trazidos pelo Secretário das Finanças. Seria eu um Deputado omissos se não trouxesse. Mas, mediante as agressões que sofri aqui, o maior demonstrativo, não quero nem fazer a defesa do Governo anterior, que fiz muitas vezes sob vaias, mas a vida pública é assim, mas os números que trago aqui são dos primeiros quatro meses do Governo Requião, quer dizer, não tinha nada de quebrado, nada de quebrado! Já tinha um bilhão nos quatro primeiros meses. Mas existem vários tipos de políticos; hoje ainda falava com um jornalista experiente, existe o político de direita, o político de esquerda, o político comunista e o político fascista. O pior político que existe é o fascista, é aquele que não aceita o teu argumento para que você encontre uma tese para atender a população.

Eu estou aqui para discutir e aceitar opiniões, coloco-me entre os Parlamentares que está atuando, procurando fazer o melhor, cometo erros, sou um ser humano, tenho defeitos, mas uma coisa meus pais me ensinaram: a educação não faz mal a ninguém! E eu me nego a discutir questões importantes para setores do Paraná, não só da educação mas quero fazer aqui um pedido também aos professores: a ajudarem os Prefeitos do Paraná, porque no ano passado passaram por dificuldades, não conseguiram, muitos Prefeitos, levar os estudantes para as escolas porque foram negados os recursos para o transporte escolar. E me nego a entrar neste nível porque temos que dar uma demonstração aos educadores do Paraná que estamos aqui para debater assuntos importantes e mostrar a verdade ao povo paranaense.

Muito obrigado pelo respeito e sempre podem contar com o meu respeito. E nós, deputados de Oposição, vamos mostrar o nosso voto no veto: NÃO ao veto do Governador porque tem dinheiro em caixa!

(Aplausos)**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Solicito que o Deputado possa observar também o tempo regimental e mais um vez gostaríamos de pedir aos nossos visitantes para que tenhamos uma Sessão muito respeitosa porque é importante para todos nós.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, senhoras e Srs. Deputados, professores aqui presentes, representantes da APP.

Inicialmente estou encaminhando um requerimento que justifica a não presença do Deputado Elio Rusch, nosso representante e membro do Partido da Frente Liberal que, a pedido do Presidente da Assembléia, Hermas Brandão, está compondo a Comissão Especial que está tentando intermediar entre dirigentes do

Porto e portuários. Esperamos que ele possa, no dia de hoje, colaborar para busca de um entendimento entre as partes, para que este sério problema da greve no Porto de Paranaguá, seja concluído.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje e quero falar de uma reflexão que fiz nesses últimos dois dias. Reflexão do Governo Roberto Requião, Governo que começou no dia 1º de janeiro de 2003 e cheguei a uma clara conclusão: é um Governo que comete muitas trapalhadas, trapalhadas demais! Vou enumerar algumas trapalhadas que este Governo fez no decorrer deste ano e alguns meses: começou no começo do Governo a onda de invasões de terras no Estado do Paraná, promovidas pelo movimento sem-terra. E esse movimento, a partir da hora em que invadia terras produtivas no nosso Estado, tinha do Poder Judiciário a autorização de ver o retorno da sua propriedade através da Justiça com as reintegrações de posse. E o Governo não cumpriu nenhuma dessas reintegrações de posse que o Poder Judiciário determinou. E mais, o Governador foi à imprensa dizendo que o movimento sem-terra era uma dádiva de Deus, naquele momento de invasões de áreas produtivas que cumpre a sua função social.

Logo em seguida vimos as questões dos bingos, que aqui no Estado do Paraná fechava, abria, a justiça no meio, uma polêmica, movimentos, funcionários dos bingos desempregados. E o pedido de uma CPI nesta Casa para que os bingos pudessem ser investigados, em especial porque dois coordenadores da campanha do candidato Roberto Requião estiveram nas casas de bingos buscando doação para a candidatura Requião. E tudo isso filmado e foi colocado na grande mídia Estadual. Exatamente aquilo que o Valdomiro Diniz fez em Brasília, no Estado aconteceu a mesma coisa. Foram buscar recursos do bingo para a campanha eleitoral. E o que aconteceu em troca de tudo isso nós não sabemos. Mas a CPI acabou não saindo do papel, só os Deputados da Oposição apoiaram, votaram para que ela pudesse acontecer.

Depois veio o pedágio. Pedágio baixa ou acaba. Vai acabar. Vai acabar, isso na campanha eleitoral. Assumi o Governo e o pedágio não acabou e não baixou. Estão em uma demanda para não deixar subir o pedágio no Estado do Paraná. E quando o Governo precisa enfrentar as empresas de pedágio ele recorre ao apoio do movimento sem-terra para que eles possam invadir as praças de pedágio e assim por diante.

Logo em seguida, nós deputados fomos colocados numa situação delicada, votar o projeto que proíbe o transporte, o plantio e a exportação da soja transgênica no Estado do Paraná. Foi aprovada uma lei. E logo em seguida foi derrubada essa lei nos tribunais maiores em Brasília. E a lei federal aprovada pelo Presidente Lula autoriza o plantio, o transporte e a exportação da soja transgênica no nosso território nacional. Mais uma trapalhada do Governador. E ele hoje vem determinando, mesmo sem ter uma lei que o ampare, que a soja trans-

gênica não seja exportada pelo nosso Porto. E foi o gancho de toda essa confusão que estamos vendo lá em Paranaguá, tudo começou aí.

Logo em seguida, a educação ferida a fogo. O curso de Medicina de Ponta Grossa foi fechado, lá no começo do Governo Roberto Requião. Quarenta e três cursos das universidades estaduais fechados, em Maringá, Londrina, Cascavel, Guarapuava e em Ponta Grossa.

Depois vimos as denúncias que a grande imprensa nacional fez do nepotismo. Os parentes empregados no Governo do Estado do Paraná, alguns Secretários, alguns Assessores. Um número grande de parentes. E sabem o que foi pior? Logo em seguida tivemos denúncias na Assembléia. O Governador encaminha um pedido aos Deputados da Base Aliada para que apresentassem um projeto para que pudesse dar um aumento aos Secretários de Estado de mais de 100%. Sabe para quanto vai o salário do Secretário de Estado? Quatorze mil reais. Mais de 100% de aumento o Governador Requião quer dar aos seus Secretários de Estado. E uma parte são seus irmãos e parentes.

Tivemos em seguida a entrevista na Argentina, que o Governador deu há alguns dias atrás. Criticou o Ministro da Agricultura do Governo Lula dizendo que o Ministro ganhava dinheiro de uma empresa de defensivos agrícolas para defender os produtos transgênicos no Brasil afora. Em seguida ele se desculpa dizendo que não foi bem isso que ele falou na Argentina.

Estamos vendo ponto a ponto o que está acontecendo no Porto de Paranaguá. Uma vergonha. O Estado do Paraná está perdendo com o Porto fechado. O que aconteceu? Uma mudança na sistemática de administração do Porto de Paranaguá. Mudou-se a forma de embarque de grãos, embarque de produtos que vão ser exportados e tudo isso acabou dificultando, e muito, todo o trabalho e os portuários não aceitaram entrar em greve e tudo isso está trazendo um grande prejuízo para o nosso Estado. Então, o Porto está parado, o Porto está em greve. Hoje, pessoalmente, fui até um trecho da estrada e me assustei, já está praticamente na estrada que vai para Ponta Grossa a fila e espero que os Deputados que estão lá, a pedido da Assembléia, no Porto de Paranaguá, possam ajudar a encontrar um ponto em comum para que a negociação aconteça e volte o Porto de Paranaguá a trabalhar. Porque um sério prejuízo está o Estado do Paraná tomando.

Quero aqui reafirmar e dizer aos professores: o meu voto é não ao veto. Não aceito que essa trapalhada que fizeram com relação ao Plano de Cargos e Salários tão esperado e que, neste ano de 2004, estamos discutindo essa questão novamente. Logo no começo do ano de 2003 a APP Sindicato junto com os técnicos do Governo do Estado trabalharam, discutiram, conversaram para que se pudesse buscar uma solução de implantar esse plano. No mês de dezembro, deputado Nelson Justus, na Cidade de Ponta Grossa, o Governador Roberto

Requião, disse lá que no dia seguinte estaria mudando o Plano de Cargos e Salários para a Assembléia: mês de dezembro! E disse que ia mandar os deputados estaduais votarem. Ora, Governador, aqui o senhor não manda, aqui é um Poder independente. O senhor pode mandar lá no Poder Executivo, no Legislativo o senhor não manda. E no mês de fevereiro veio o Plano para esta Casa e a Assembléia rapidamente votou e agora, infelizmente, não entendo muito bem por que; o dinheiro está nos cofres do Estado do Paraná. Não é falta de dinheiro, é má vontade do Governador novamente para com a educação. E espero que o Governador tenha consciência, tenha sensibilidade e humildade de discutir e encontrar um caminho para que esse Plano possa ser cumprido de acordo com o que a Assembléia Legislativa do Paraná aprovou.

Com aparte o Deputado Nelson Justus.

O Sr. Nelson Justus

Apenas, Deputado Plauto, cumprimentá-lo pela lucidez do seu pronunciamento.

Meus parabéns.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Pedindo desculpas ao Deputado que está usando a tribuna. Apenas para comunicar à Mesa, que conforme havíamos combinado com o Secretário Chefe da Casa Civil na parte da manhã, os deputados: Elza Correia, Cida Borghetti, Alexandre Curi, eu e o Elton Welter, iremos junto à APP, com o professor Lemos e com uma Comissão formada pela APP, agora ao Palácio, para conversarmos com o Chefe da Casa Civil e com técnico da Fazenda para tentarmos - nesse processo que já está instalado de negociação, buscar uma solução para um problema que foi gerado por conta do veto.

Então, estaremos agora, Sr. Presidente, pedindo licença e nos dirigindo ao Palácio Iguaçu para tentarmos essa negociação.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Concedo o aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto

Cumprimento V. Exa. pelo seu brilhante pronunciamento e gostaria de colaborar, dizendo uma frase que ouvi hoje, um pronunciamento do Governador Roberto Requião e que ele fez ontem numa entrevista coletiva na “escolinha do barulho”. O Governador disse o seguinte, atenção os Deputados do PT, prestem atenção no que o Requião falou ontem: “Este sentido de ingratidão e de mediocridade cooperativa demonstrada pela APP me deixa constrangido. O Lula me dizia: “Requião, jogue duro, porque eles estão querendo é disputar a eleição, ele não estão preocupados com os professores, é a burocracia sindical querendo se manter”. Ai diz o Requião: “Não sei se é assim, ou não, mas o Lula entende mais de sindicato do que eu”.

Palavras do Governador Roberto Requião na “escolinha do barulho”, ontem pela manhã.

Obrigado pelo aparte deputado Plauto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Plauto Miró, V. Exa. tem um minuto como sempre procedemos.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Srs. Deputados, na minha avaliação e a leitura que faço deste ano e pouco de Governo é realmente de um Governo trapalhão, que vem dirigindo e conduzindo o nosso Estado e espero que com coerência, com equilíbrio e com determinação o Governador, nessa questão do Plano de Cargos e Salários, possa encontrar um ponto em comum, para que os professores não venham a perder aquilo que nós já votamos, que está na lei e que o Governador pelo jeito não quer cumprir.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar que os Deputados de Oposição monopolizaram o horário hoje e até estranharmos, porque o Grande Expediente e Pequeno Expediente hoje é todo da Oposição. Ficamos um pouco triste, porque gostaríamos também de falar a respeito dos salários dos professores.

Mas, parabéns à Oposição que conseguiu pegar os melhores horários para falar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas, Deputado Fernando Ribas Carli, se me permite, a inscrição para o Pequeno Expediente é regimental e segue ordem cronológica. Quando da nossa vinda à Mesa já estavam inscritos todos os oradores cronologicamente inscritos.

Vamos então, cumprindo o Regimento, passar a palavra ao Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhores professores que nos visitam na tarde de hoje. Quero reafirmar o que disse no meu pronunciamento no dia de ontem, e reafirmar aquilo que disse o ilustre Deputado Líder do Partido da Frente Liberal, Plauto Miró Guimarães, que o atual Governo tem se envolvido em grandes trapalhadas. É uma após outra. Quando nós imaginamos que o Governo dá alguma sinalização que vai encontrar um rumo, novamente se instala o desgoverno. E para não rebater, para fazer o esclarecimento do que foi dito hoje nesta Casa, porque ontem o meu pronunciamento foi a respeito do crime, digo crime, sim, que o Governador Roberto Requião está cometendo com a minha Cidade, com Guarapuava e mais precisamente com a região Cen-

tro-Oeste e Centro-Sul do Estado, que é simplesmente aniquilar 14 cursos universitários na nossa instituição.

Cursos que foram conseguidos com muito sacrifício, com muito trabalho, com muita vontade política, com um trabalho conjunto da sociedade, uma aspiração de mais de 30 anos, o Governador chega e acaba com 14 cursos. E após ter me pronunciado, nós tivemos a oportunidade de ouvir o ilustre Deputado Artagão de Mattos Leão Filho, que também é de Guarapuava, que também dizia que na verdade o ano passado o Governador teria instalado, melhor autorizado três novos cursos lá na UNICENTRO.

Queria dizer ao Deputado Artagão, não que ele não tenha falado a verdade, não! De forma nenhuma! Quero somente dizer que talvez a informação que tenha chegado ao ilustre Deputado não foi correta. Porque esses cursos na verdade foram autorizados em 2002 e começaram a funcionar em 2003, porque os vestibulares foram realizados ainda no vestibular de primavera, no ano de 2002. Dois cursos em Guarapuava e também os cursos de Psicologia, Engenharia Ambiental no *campus* de Irati. Em Guarapuava o curso de Farmácia e de Artes e Educação.

Esse é o esclarecimento.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (**Pela Ordem**)

Como fui citado no pronunciamento do Deputado Fernando Ribas Carli, só para fazer uma correção. Falei ontem sobre reconhecimento de três cursos na UNICENTRO de Guarapuava e não sobre instalação de três novos cursos.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Mas, Deputado, talvez a informação não seja correta. O curso só vai ser reconhecido quando se formar a primeira turma e então o próprio Ministério reconhece.

Então, não foi reconhecido. Na verdade, esses cursos começaram a funcionar no ano de 2003, mas a autorização era de 2002.

O SR. ARTAGÃO JUNIO (**Pela Ordem**)

Pedagogia, Agronomia e Veterinária, estadualização de dois, reconhecimento de um.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Mas esses cursos, Agronomia e Veterinária, na verdade, foi votado por esta Casa no apagar das luzes do ano de 2001. Em dezembro de 2001 esta Casa votou autorização para que o Governo incorporasse esses dois cursos. Então, são coisas passadas. Na verdade só quero colocar o que o Governador Roberto Requião fez até hoje pela UNICENTRO, foi cancelar 14 cursos.

Mas, ainda na questão que o senhor se referia que teria estado em Guarapuava o Secretário Maurício Requião, e que teria anunciado três milhões de reais para escolas.

Vejam o que tenho em mãos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados e senhores professores. Uma denúncia que foi formulada aos Vereadores da Câmara Municipal de Guarapuava, já foi encaminhada ao Ministério Público, ao Ministério de Proteção à Infância e Juventude, porque na Escola Estadual Professora Maria de Jesus Pacheco Guimarães, ali na localidade de Guará, as crianças de 6ª série - estão aqui as fotografias - estão tendo aula no Posto de Saúde, porque não tem salas de aula!

Então, foi-se lá, anunciou-se três milhões de reais no ano passado e o que aconteceu? Vejam os senhores, está aqui a prova, está aqui a denúncia já formulada ao Ministério Público. Tem aqui diversos professores que vão concordar conosco, que um Posto de Saúde não é o local adequado para se ministrar aula.

Isto está acontecendo numa Escola Estadual no Município de Guarapuava, mais precisamente na sede de Guará.

Mas, vamos ao que nos traz à tribuna na tarde de hoje, a respeito da questão salarial. Senhores professores, estão brincando conosco, estão brincando com os senhores, estão brincando com a Casa e com o povo do Paraná.

Os oradores que me antecederam já fizeram uma exposição que demonstra claramente o que vem acontecendo. Jogo de cena. Na verdade, joga-se para a torcida no atual governo. Engabelam-se, criam-se perspectivas, os professores são informados que terão o maior aumento da história; por conta disso qualquer pessoa já faz as suas projeções, já começa a sonhar com o que vai receber. Isso é natural a todo ser humano. De repente, chegam e jogam um balde de água fria com a desculpa esfarrapada de que não existem recursos. Não é verdade. Recursos existem. Os Deputados que me antecederam já demonstraram isso: já tinha dinheiro em caixa, e o atual governo vem, desde o início, dizendo que pegou um Governo quebrado. Agora os senhores professores sabem disso.

Todos os funcionários públicos do Estado do Paraná receberam seus salários em dia e o décimo-terceiro salário em dia, do Governo Requião. Isto não aconteceu em diversos outros Estados. O Estado não estava quebrado. O Estado estava com dinheiro em caixa; os números comprovam isso, e agora os números acusam, em 31/12, mais de um bilhão de reais em caixa.

E o que é mais estranho, se nós analisarmos os números - a desculpa que eles colocam para não implantar o Plano de Cargos e Salários é de que ultrapassaria o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal das despesas com pessoal no decorrer de doze meses.

Mas, se analisarmos as despesas com pessoal dos últimos doze meses, de janeiro dezembro do ano passado, nós encontramos um percentual de 46%, com um gasto de três bilhões e 864 milhões de reais.

Agora como justificativa nos enviam outro documento dizendo que hoje, ou seja, o anualizado de março de 2003 a fevereiro de 2004, passou para 4 bilhões e 64

milhões de reais, ou seja, 49%, que por isso, com o aumento dos professores, vai para 52%.

Eu gostaria de saber Sr. Presidente, onde foram colocados 200 milhões a mais, aqui, durante esses 2 meses, ou seja, de março de 2002, até fevereiro de 2003, a fevereiro de 2004.

Quais foram as classes de funcionários que tiveram aumento nesse período? Um aumento na folha salarial de quase 20 milhões de reais, por mês?

Eu não acredito nesse número, Sr. Presidente. Nós não podemos acreditar, porque um Governo que diz que vai dar aumento em dezembro, que depende da Assembleia, não manda para cá e nós esperávamos que viesse, leva três meses para mandar a esta Casa o projeto, que imediatamente é aprovado. Depois de aprovado, diz que não tem recurso! Eu não acredito nesses números. Não podem ser verdadeiros, porque estão no papel, estão configurados esses números. Eu não posso acreditar, que em três meses aumentou e gastou-se 200 milhões de reais a mais! Não posso acreditar, esses números não são fidedignos!

Nós queremos inclusive convidar os professores de Matemática, para que se reúnam com os técnicos do Governo, para que nós possamos chegar a um número melhor. Tenho certeza que temos presentes professores de Matemática e de Estatística. Se nós fizermos uma avaliação do gráfico da receita Corrente Líquida do Estado, vamos ver que ela apresenta uma curva de crescimento e que é uma tendência de crescimento. Os senhores sabem que a estatística não mente. Quer dizer, a receita do Estado vem crescendo.

Dizer que não pode dar esse aumento porque vai ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal! O Estado já feriu, ele não gastou o que teria que ter gasto no ensino, ele não atingiu o percentual e nem por isso foi punido.

Na verdade, aqui no Estado não vai se ultrapassar o limite de 49%; eu acredito que vai ficar um pouco acima do limite prudencial que é de 46%.

Esse Governador - ainda hoje eu escutei e tenho certeza que os senhores professores escutaram, pela CBN - disse que os professores são ingratos, que ele esperava que os professores fossem até o Palácio Iguaçu e construíssem uma estátua em sua homenagem.

Ora, meus senhores! Está dito na CBN de hoje!

Quero dizer aos senhores, quem gostava muito de estátua era o Saddam Hussein! Líderes autoritários, déspotas esclarecidos, esses gostam de estátuas e de grandes quadros na parede!

Foi isso que o Governador disse e pediu aos professores: quer uma estátua para ele!

Quero reafirmar aqui, com os meus companheiros da Oposição, o voto NÃO, ao veto do Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário do Grande Expediente estão inscritos os Deputados Durval Amaral e Neivo Beraldin e, como

essa Presidência será extremamente rigorosa com relação ao tempo, consulto os dois Deputados: qual é a divisão do tempo estabelecida?

Metade, metade. O Deputado Neivo Beraldin será o primeiro a usar a tribuna, por quinze minutos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente e Srs. Deputados. É evidente e todo o Paraná sabe que eu fui o Presidente da CPI do BANESTADO e não fui Situação no Governo passado; fui Oposição. Agora, no momento não estou com disposição de fazer oposição ao atual Governo, até porque eu sempre mantive uma relação muito cordial com o Governador e tenho uma responsabilidade com o nosso Estado do Paraná.

Afinal, estamos aqui no exercício do sexto mandato popular.

No entanto, passou 2003, e o Deputado Plauto Miró Guimarães fez uma análise de algumas trapalhadas que merecem a nossa observação.

Vejam, no dia de hoje, o que seria normal com a presença dos professores nesta Casa, que são muito bem-vindos? O normal seria que o Governo, que tem a maioria, deveria estar inscrito no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, para falar aos professores, sustentar o Governo Requião.

Pois bem, não é isso que está acontecendo. Até um Deputado do PR, o Tadeu Veneri, ontem pediu para usar o Grande Expediente cedendo aos professores, e o Líder do PMDB acabou usando um argumento regimental que inviabilizou-lhes esse espaço. Por boa vontade dos Deputados, entre eles o Luiz Carlos Martins e o Hermas Brandão, foi dado 10 minutos do Pequeno Expediente.

Então, parece-me que Liderança do Governo aqui está desarticulada. Não sei se o Líder é o Ângelo Vanhoni ou se é o Natálio Stica, o fato é que não há uma organização partidária de liderança de Governo, até porque nós precisamos, como Deputados, sermos convencidos sobre a ótica se há dinheiro ou não em caixa para pagar os professores, porque em outubro do ano passado o Governo disse que queria mandar o Plano dos Professores, já em outubro.

Em janeiro veio com uma notícia que não faria essa mensagem porque teria custo da convocação dos Srs. Deputados. Pois bem, os Deputados abriram mão e em março veio; a Assembléia votou. Eu até coloquei uma emenda naquela oportunidade, atendendo a intenção do Governo de dar aumento aos professores, que fosse pago retroativo a janeiro, para que não se faça demagogia, que os Deputados vão ter que ganhar o jetom, então não poderemos mandar o aumento dos professores.

Demagogia não adianta, não resolve. Governar é ter firmeza nos argumentos. Quem é que errou nos cálculos para que o Governo se sinta agora numa posição instável, de não pagar nem em fevereiro? Quem errou? Foi o Governo! A mensagem veio do Governo, que tem um Governador, que tem a sua equipe.

Antes de me alongar neste discurso, o Deputado Anibelli me pediu aparte e com muito prazer lhe darei.

O Sr. Antonio Anibelli

Deputado Neivo Beraldin, quero publicamente, na frente dos nossos professores, para que eles levem a verdade também, cumprimentá-lo pelo seu trabalho em favor do Paraná, como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que averiguou o roubo e a venda do Banestado para o grupo Itaú.

Sei do sacrifício que enfrentou V. Exa., sua família, Sra. Irene, seu filho, sei das perseguições, das ameaças, porque V. Exa. estava indo no fundo do poço, descobrindo os verdadeiros ladrões que roubaram o BANESTADO. O Paraná vai pagar trinta anos, senhores professores, 45 a 50 milhões por mês! Nós não veremos o fim do pagamento! Esse dinheiro que foi roubado do Paraná, companheiros Deputados, que foi malversado no Governo passado, dinheiro que deveria ter ido para o aumento dos professores. Oito anos se passaram e o Governo Jaime Lerner não teve a coragem de mandar uma mensagem obedecendo a Lei 9424 de 1996, que era o Plano de Cargos dos Professores do Governo Federal.

Oito anos o Governo Estadual passado enganou vocês, professores, que nos honram com as suas presenças! É preciso dizer que o BANESTADO foi roubado! E nós sabemos que aquele doleiro, Iussef, vai contar para onde foi o dinheiro! Professores, vocês saberão, assim como o Paraná e a imprensa, que não divulga as coisas do Estado!

Agradeço e cumprimento publicamente, porque o trabalho que V. Exa. fez à frente da CPI merece o respeito de todo o Paraná, Deputado Neivo Beraldin!

O SR. NEIVO BERALDIN

Muito obrigado, Deputado Anibelli e, ainda aproveitando o seu aparte, quero dizer que a CPI indicou ao Governo do Estado para que entrasse com uma ação contra o Banco Central e contra o Governo Federal por ter cobrado juros extorsivos em 97, quando Banco do Estado foi a redesconto.

O Deputado Bradock, que foi o relator da comissão, sabe perfeitamente que o Governo do Estado tem que ingressar na Justiça para reaver em torno de dois bilhões e quatrocentos milhões de reais que o Banco Central foi omisso em não decretar intervenção quando o Banco apresentou um prejuízo em 98 de 2,6 bilhões de reais. Na verdade, parece-me que já onze dos grandes diretores do Banco já passaram pelo Ahu, vai e vem, daqui a pouco estão voltando. Evidentemente, que a Justiça ainda está discutindo e na sequência virá a sentença.

Mas não quero me desviar do assunto que movimenta os professores do Paraná hoje, quero dizer o seguinte: o PDT aqui na Assembléia, ao qual lidero, são quatro Deputados, três Deputados que conversei já se comprometeram; ainda não conversei com o Deputado

que está presidindo a Sessão, mas os três vão votar pela derrubada do veto imposto pelo Governador Roberto Requião a favor dos professores!

O Sr. Jocelito Canto

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. falou há pouco que a CPI do BANESTADO encaminhou um documento ao Governador Roberto Requião indicando-lhe o que deve fazer em nível de Banco Central, que é entrar na Justiça contra o Banco Central para que diminua esses cinquenta e três milhões que estamos pagando todo mês do roubo do BANESTADO.

Queria perguntar a V. Exa. que medidas o Governo do Estado tomou para tornar realidade a sua luta, o seu esforço e dos demais companheiros desta Casa e se o Governo do Estado já entrou na Justiça contra o Banco Central, já que ele também está envolvido e deixou acontecer essa desgraça que hoje não tem dinheiro no Paraná. O que o senhor sabe disso? O Governo já entrou na Justiça? Vai entrar ou vai enrolar ainda?

O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa. tem toda razão e eu posso transmitir a verdade. Apenas o que sei é que o Presidente do Banco Itaú foi recebido no Palácio Iguaçu. Eu não fui convidado, como Presidente da CPI que investigou o Banco, nem o Bradock, enfim, nenhum Deputado que fazia parte da CPI foi convidado. Então, nós não sabemos o que foi tratado com a direção do Banco Itaú.

O Itaú levou do Banco do Estado em torno de mil e quinhentos imóveis, são prédios em Curitiba, Maringá, Londrina, São Paulo.

Eu não vejo esta Casa simplesmente como um grupo de um lado do Governo e outro grupo contra o Governo, o que vejo no Poder Legislativo é que ele representa o povo. O Poder Legislativo tem acesso a informações suficientes para ter uma agenda positiva para levar informações ao povo e não ficar nesse negócio de que sou contra o Governo, sou a favor do Governo. Nós temos que ser, sobretudo, fiéis ao voto do povo, nós não podemos nos eleger com o voto do povo e depois virar o voto do Governador que está no Palácio Iguaçu. Não faria sentido ter um Poder Independente Legislativo, se não tivesse a independência para emitir opiniões que são respaldadas com documentos.

O que espero, Jocelito Canto, é que o Procurador do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, nos diga em que pé está essa ação que deve ser colocada contra o Governo Federal e o Banco Central - Governo Federal, porque é responsável pelo Banco Central -, para que o Banco Central devolva ao povo do Paraná em torno de dois bilhões e quatrocentos, sendo que quatrocentos milhões são de juros extorsivos que serviram para resolver um problema de caixa do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Então veja, quando o Banco do Estado ia a redes-

conto, ele tinha que pagar em torno de 2% a mais para beneficiar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Ora! E aí o que fez o Governo Lerner?

Deu o rombo de cinco bilhões e seiscentos milhões, foi a Brasília, tratou a questão politicamente, contraiu o empréstimo em nome do povo do Paraná e socializou o prejuízo para o povo, porque quem está pagando esse prejuízo é sempre aquele que mais precisa do Governo, que é aquele que precisa de saúde, de educação, de segurança pública. Quando o Governo tem uma dívida de cinquenta e três milhões por mês, é menos dinheiro para o povo trabalhador, para a agricultura, para a agroindústria, para a nossa população e para o progresso e desenvolvimento do nosso Estado.

Então, é uma preocupação e como paranaense, e como Deputado espero uma reação rápida e pronta do Governo do Paraná, para que entre com essa ação, porque ela é líquida e certa. A CPI quebrou o sigilo bancário do Banco Central, nós conseguimos os documentos de auditorias do próprio Banco Central que revelam todos esses fatos. Nós quebramos o sigilo bancário das auditorias do Banco do Estado de 90 a 2001, constatamos todas as irregularidades e confrontamos depoimentos com documentos e constatamos tudo; assim o Deputado Bradock, com muita grandeza, como Relator da CPI, e com muita competência dos membros, fizemos uma CPI que marcou história no Estado do Paraná. Quebramos o sigilo bancário e fiscal e dezessete ex-Diretores do Banco e não há precedente na história desta Casa que uma CPI tenha tido resultados tão positivos e tão grandiosos e estimo que não ficarão sem passar pelas portas da prisão no mínimo cem pessoas que meteram a mão no Banco do Estado do Paraná e que o povo está pagando a conta.

Parabéns aos professores e contem com nosso voto!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Durval Amaral, pelo período de quinze minutos.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

A nossa causa é a mesma, é a causa dos professores do Estado do Paraná, a causa de toda uma sociedade que quer e que acredita na educação deste Estado. Por isso mesmo, quero iniciar as minhas palavras lembrando as palavras de um Parlamentar que fez história na política do Paraná e que todos nós aprendemos a respeitar e admirar na Oposição e hoje como Secretário dos Transportes no Estado do Paraná, as palavras do Deputado Waldyr Pugliesi - a quem tenho a maior apreço e o maior respeito - no dia 19 de agosto de 2002.

Dizia o Deputado Waldyr Pugliesi do MDB, do PMDB, um homem combativo e que todos nós valorizamos e respeitamos: "O Governo diz que não pode dar aumento aos policiais militares e aos professores em função da Lei de Responsabilidade Fiscal". E mais adi-

ante dizia o Deputado Waldyr: “Essa é a conversa dos neo-liberais de sempre, dos ‘neo-entreguistas’ que sempre agem dessa maneira. Então, jogam tudo em cima da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

E agora, Deputado Carli, querem negar o aumento aos professores do Estado do Paraná em cima da Lei de Responsabilidade Fiscal!

Cito essa frase do pronunciamento do Deputado Waldyr Pugliesi, para mostrar que a Oposição, no passado, mudou quando chegou ao Poder. E agora tenta usar de expedientes que os professores do Estado do Paraná e a sociedade não aceitam. Eu quero dizer aqui: a Oposição vai votar NÃO ao veto do Governador; como tenho certeza que os Deputados do PDT vão votar NÃO ao veto do Governador; como os Deputados do PFL votarão NÃO ao veto do Governador, ao artigo 47; os Deputados do PSL votarão NÃO ao veto do Governador; os Deputados do PSB votarão NÃO ao veto do artigo 47; os Deputados do PL votarão NÃO ao veto, ao artigo 47; os Deputados do PP votarão NÃO ao veto do Governador. E como votarão os Deputados do PMDB, eu não tenho dúvidas?

E como votarão os Deputados do PT - Srs. Deputados, tão combativos ao longo da história, não só da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mas ao longo do processo de reconstrução democrática deste País, como votarão? Eu sei como vai votar o Deputado Tadeu Veneri, Presidente da Comissão de Educação, vai votar NÃO ao veto. Sei como vai votar o Presidente Estadual do PT, que tanto honra esse Partido, Deputado André Vargas. E os demais Deputados, meu ilustre Deputado Ângelo Vanhoni, não posso, em hipótese alguma, cobrar de V. Exa. qualquer posição porque eu acredito ainda que V. Exa. vai votar NÃO ao lado dos professores que sempre estiveram ao seu lado, vai votar pela derrubada do veto ao artigo 47.

O Sr. Antônio Anibelli

V. Exa. permite um aparte?

O SR. DURVAL AMARAL

Na sequência, Deputado.

O Sr. Antônio Anibelli

Eu anuncio o meu voto a V. Exa. e às galerias.

V. Exa. me permite, com a educação e democracia que V. Exa. tem?

O SR. DURVAL AMARAL

Se for um aparte rápido, claro que permito.

O Sr. Antônio Anibelli

Um aparte para dizer que com a responsabilidade do Governador Roberto Requião de ter apostado esse veto por quarenta e cinco dias, V. Exas. se balizam no Governo Jaime Lerner oito anos vezes trezentos e sessenta e cinco dias.

Eu vou votar pela manutenção do veto porque não sou covarde e V. Exas., como dono da verdade, está dizendo que sabe, V. Exa. é futurologista sabe o voto secreto, porque todos sabem que o voto é secreto. V. Exa. está sendo demagogo, me desculpe meu amigo, Deputado Durval Amaral.

Eu assumo, em nome do Governo, que nós votaremos pela manutenção do veto, se não houver esse acordo que esperamos que esteja clareando a cabeça do nosso Presidente da APP, que V. Exa. diz que por minha causa ele não falou.

Nós discutimos um requerimento do Deputado Tadeu Veneri sem termos sido consultados, mas em sabendo que a Democracia paira nesta Casa e que seríamos visitados pelos professores, em entendimento com a Presidência da Casa, nós cedemos dois Deputados: o Deputado Luiz Carlos Martins e parece-me, o Deputado Elio Rusch, depois de uma inscrição mágica que V. Exas. se inscreveram ontem, todos para a Sessão, veio até batido à máquina, coisa incomum nesta Casa.

Mas, V. Exas. que apanharam durante oito anos dos professores, queriam o aplauso fácil; então hoje o têm. Nós, com responsabilidade, demos o aumento, e V. Exas. por demagogia estão querendo ser bacanas por 45 dias. Nós seremos professores dos oito anos que restam ao Governador, porque ele será reeleito, tenho certeza, em favor da educação e da causa democrática.

O SR. DURVAL AMARAL

Nobre Deputado Anibelli, com todo respeito, se é demagogia estar ao lado da verdade, nós continuaremos ao lado da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Durval, eu gostaria de solicitar, mais uma vez aos nossos queridos professores, que se mantivessem assistindo a Sessão e que tivéssemos a oportunidade de ouvir o debate entre os Deputados.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte do nobre Deputado Anibelli, líder do PMDB, nesta Casa.

E quero mais, continuando na linha de raciocínio, porque já sabemos como vai votar o PMDB, falando dos Deputados que muito respeito e admiro e que por várias vezes aplaudi. Tenho certeza que a Deputada Luciana Rafagnin, que não se encontra aqui neste momento, pelo menos não a vejo, também vai votar, ela que tem uma base forte entre os professores do Paraná, também vai votar pela derrubada do veto. O deputado Natálio Stica que efetivamente é um Líder sindical, nosso Vice-Presidente da Casa, também não vai se furtar, não vai deixar os professores ao vento, e vai votar pela derrubada do veto, como o Padre Paulo, da região de Maringá, deve votar pela derrubada do veto.

Desta forma, meus amigos, tenho certeza e acredito também na Bancada do PT, porque me inspira

confiança o Deputado Tadeu Veneri, me inspira confiança o Deputado André Vargas, eu vou propor para que a análise do veto, nesta Casa de Leis - podem chamar de demagogia, de oportunismo, do que quiser mas eu vou propor, porque parlamentar não tem que se esconder atrás do voto secreto, vou propor, através de requerimento, para que o voto seja aberto, para que os professores do Paraná saibam em que votaram os Deputados desta Casa. E acredito que assim como tem a coragem o Deputado Anibelli...

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu gostaria de consultar V. Exa. se o Regimento Interno desta Casa permite que possa ser voto aberto e não secreto, porque no início desta legislatura eu entrei com um pedido aqui, que esta Casa acabasse com aquele cantinho escondido ali e até hoje não tive resposta nenhuma.

Eu gostaria que V. Exa. dissesse ao Deputado Durval Amaral e a esta Casa se pode ser feito voto aberto ou se estamos apenas ouvido um discurso político do Deputado Durval Amaral?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A Questão de Ordem de V. Exa., Deputado Jucelito, embora não tenhamos nenhum requerimento neste sentido, mas não apenas o Regimento Interno como também a Constituição Estadual prevêem que o voto tem que ser secreto. Não temos aqui nenhum requerimento e nem caberia neste sentido. Parece-me que é uma força de expressão utilizada pelo Deputado Durval, para que cada Deputado pudesse ter a sua posição clara perante nossos professores.

O Sr. Antonio Anibelli

Deputado Durval Amaral, corroborar com V. Exa. dizendo: já que V. Exa. tem todos os votos, se fosse voto aberto qualquer cidadão poderia argüir a constitucionalidade de votação e anular e os professores seriam prejudicados. Eu estou sugerindo a V. Exa. que desista, pela resposta do nosso Presidente, mas V. Exa. sabe e nós também, com voto aberto, que nós iríamos anular a derubada do veto que V. Exa. já assegura aos professores.

O SR. DURVAL AMARAL

Oportunamente, nobre Presidente, quando da apreciação ao veto ao artigo 47, nós iremos propor o requerimento e com toda certeza os Deputados que forem a favor dos professores do Estado do Paraná não terão dúvida nenhum em votar pela aprovação do requerimento. Aqueles que votaram contra o requerimento, pressupõe-se aí que votarão SIM, pela manutenção do veto. É um artifício legítimo da Oposição, como será um direito dos Deputados da Base do Governo manter a segurança do voto, como prescreve o Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Mas, Srs. Deputados, a nossa postura é muito clara, nós vamos com os professores do Paraná. Eu havia assumido um compromisso com o Deputado Tadeu Veneri, de ceder-lhe parte do meu tempo no Grande Expediente, mas infelizmente ele se encontra em uma reunião.

Quero justificar também a ausência do Deputado Elio Rusch, um Deputado combativo da Oposição, que se encontra em Paranaguá tentando uma negociação para pôr fim à paralisação do Porto de Paranaguá, haja vista que os nossos produtores rurais, os nossos portuários, a cidade de Paranaguá está sofrendo em demasia pela incompetência administrativa daqueles que estão à frente do Porto de Paranaguá. E foi necessário o Presidente da Assembléia Legislativa nomear uma Comissão Especial composta pelo Deputado Elio, pelo Deputado José Maria e pelo Deputado Marcos Isfer para tentarem chegar a um consenso.

Mas, meus amigos, senhores professores, contem incondicionalmente com o nosso apoio, mesmo que pequeno, mas com a nossa mobilização para que esse veto possa ser derrubado. Não tenho dúvida nenhuma de que o veto cairá na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque esta é a vontade dos professores do nosso Estado, é a vontade do povo do nosso Estado. E essa vontade será consolidada, quando da discussão do veto. Vamos derrubar o veto em respeito aos professores do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Apenas para justificar, já que foi falado, aqui, o nome da nossa querida Deputada Luciana Rafagnin. Ela, juntamente com o Padre Paulo, encontram-se em Brasília numa audiência com o Ministério da Saúde. O nosso companheiro Pedro Ivo, 1º Secretário da Sessão, pede que assim justifique a ausência dessas dois Parlamentares.

Horário da Liderança do PSL. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, senhoras e Srs. Deputados e professores.

Um dos grandes exemplos dos professores que deve ser seguido por todos nós - eles têm vários exemplos a nos dar, mas creio que este exemplo é o mais importante de todos: a perseverança dos senhores professores. Eles nunca perdem a esperança. E isso deve servir de exemplo para todos nós.

Sr. Presidente, hoje pela manhã a imprensa, os jornais, rádios e televisões receberam um convite do Governador Roberto Requião para irem até o Palácio Iguaçu. Os jornalistas que estão aqui sabem do que estou dizendo e do que vou falar. Os jornalistas foram para o Palácio Iguaçu, foram com certeza, na esperança, deputado Geraldo Cartário, de receber da assessoria do Governador uma proposta para os professores ou uma proposta d

solução para o episódio, para o caos que é o Porto de Paranaguá. Os jornalistas foram até o Palácio com a certeza de que eles teriam já uma proposta do Governo para os professores no mínimo de abono para os professores. No mínimo de abono, parcelado, mais abono, pelo menos isso.

Chegando lá, a assessoria do Governador Roberto Requião, creio que da Comunicação Social, alguém querendo fazer média com o Governador Roberto Requião, alguém querendo ser simpático ao Governador, alguém querendo ser um grande estrategista do Governo, apresenta o quê, para os jornalistas? Apresenta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta revistinha com o título: “Pedágio: proposta de uma tarifa justa”. E foi entregue aos senhores jornalistas esta revistinha! Foi um desânimo total. Não porque os jornalistas ou nós somos a favor do preço do pedágio, pelo contrário. Isso é um assalto, o preço do pedágio é um roubo e nós concordamos com o Governador Roberto Requião. E mais do que isso: concordamos, agora, pelo caminho que ele está trilhando, o caminho da justiça, o caminho do direito, buscando os direitos do povo do Paraná pelas instâncias do Judiciário.

Mas aqui está: “Pedágio: proposta de uma tarifa justa”. Mas o compromisso de campanha e o deputado Anibelli já respondeu, o compromisso de campanha na televisão, no rádio e nos palanques, o compromisso do Governador Roberto Requião: “Pedágio: acaba ou baixa”?

Então, fica difícil quando nós, aqui, deputados, quando a Assembléia se oferece para ajudar, quando a Assembléia estende sua mão para ajudar e, de repente, algum pseudo-estrategista, marqueteiro faz isso. Nesse momento, temos mais prioridades, temos aí a questão dos professores que é uma questão seriíssima, a questão do Porto de Paranaguá e a questão dos professores.

Queremos dizer aos senhores professores que vamos votar contra o veto do Sr. Governador e esse veto vai ser derrubado aqui. Se bem que acho que vai aparecer uma proposta. Mas essa proposta tem que ser justa para os professores.

Agora, só para encerrar, Sr. Presidente, nós todos entendemos de número. Então, o Governo do Paraná, Deputado Nelson Justus, tem um bilhão e noventa e nove milhões em caixa. A diferença para os professores: sessenta e nove milhões, me parece, sessenta e nove é bem menos do que um bilhão e noventa e nove milhões. Tira desses noventa e nove milhões, sessenta e nove milhões e os professores vão ficar contentes, vão ficar felizes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário da Liderança do PTB, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores professores.

Mas que bonita está esta Assembléia hoje! Primeiro, a alegria dos nossos professores aqui e segundo, depois o espetáculo que estamos vendo aqui. Uma verdadeira novela do estilo global. Vemos, aqui, Deputados que em oito anos não deram um real de aumento para os professores, fazendo os mais belos discursos desta Casa. E vemos, do outro lado, o Governador Requião, louco de vontade de dar aumento, mas que acabou se atrapalhando na arrecadação, não planejou bem a arrecadação e não conseguiu realizar o que ele queria. E como ele governa na força, na coragem, naquele estilo Requião, na “porrada”, ele resolveu dar o aumento. Mesmo que a Fazenda havia lhe dito que ele não poderia dar o aumento agora, porque a Lei de Responsabilidade não lhe permitia.

Claro que o Governo tem um bilhão em caixa. Mas, esse bilhão vem de onde? É só recursos do Estado ou estão ali também outras fontes que não podem ser juntadas ao caixa do Estado?

Quem já foi administrador sabe disso, mas é bonito ver os discursos aqui. Os Deputados Ratinho, Barbosa Neto, nós os independentes, que não somos Situação nem Oposição, somos do direito. Não estivemos aqui na Assembléia passada; estávamos ali a admirar os belíssimos discursos aqui. Vamos abrir a Sessão, ela tem que ser pública, tem que deixar os professores falar, tem que ser o voto secreto, tem que abrir para os professores verem quem vai votar.

Ora! Todo mundo sabe que o Deputado não pode votar aberto aqui. Se fizer isso, a Sessão pode cair, porque a caixinha escondida que está ali, que sou contra, mas tem uma lei neste País que obriga a fazer isso.

Aí a Oposição vem aqui e á aplaudida pelos professores, que aplaudem também quem não lhes deu oito anos de aumento. Tenho que cobrar isso de vocês também. Aplaudiram quem não deu oito anos de aumento, mas, criticar aqui o Governo que deu o aumento, que errou agora, sim! Está errado o Governo neste momento. E eu protocolei ontem um requerimento aqui, baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal que o Governo Requião pode dar o aumento aos professores hoje. É só querer. Ele tem que diminuir as despesas nos próximos 45 dias. Ele pára de gastar. Chama o Secretário das Finanças e diz: pára! 45 dias ninguém gasta mais, porque quero dar o que prometi aos professores. Aí não precisa mais nada.

Quanto a veto, alguém falou em veto? Eu vou votar a favor do veto. Que bonito o veto! Que bonito o quê! Não existe veto! No momento que esta Casa derrubá-lo, o Governador não precisa cumprí-lo, se ele estiver além da Lei de Responsabilidade Fiscal. Porque no momento em que ele está cumprindo a lei, não precisa cumprir o veto desta Casa. Porque a Lei de Responsabilidade Fiscal está acima. Ele, por lei, se passou do limite, não precisa cumpri-lo.

Então, o veto também para mim é demagogia. O que ele precisa é simplesmente baixar as despesas nos próximos 45 dias e mandar botar na folha de pagamento

deste mês o aumento dos professores. É só isso que ele precisa, mais nada! Não precisa de reunião com Caíto Quintana, que não vai resolver nada. Tinha que o Governador receber os Deputados lá. Secretário não resolve nada! Tem que falar com o dono, porque os Secretários não mandam nada! Então, tem que falar com o Governador e dizer-lhe: Governador, não precisa brigar, não precisa nada. O senhor quer dar o aumento aos professores? Parabéns! O senhor prometeu na campanha!

Mas para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de dizer com muita honra e com muita alegria, que voto sempre com os professores do Paraná, porque esse é um compromisso que assumi, de campanha, de sempre estar junto com eles. Até quando estiverem errados vou estar junto, mas vou votar com os professores.

Gostaria de terminar dizendo, lendo aqui, porque infelizmente eu vi aqui duas declarações que me chamaram a atenção.

O Secretário Arzua deu uma entrevista na segunda-feira, na “Escolinha do Barulho do Requião” e disse o seguinte: “para mim, o plano teria que ser implantado a partir da data em que ele tivesse condições”. Nós oferecemos ao Governador um quadro em que nós teríamos condições, sem ferir a lei de Responsabilidade Fiscal, a partir de abril. Porque maio, fevereiro e março nós já estamos com o limite do índice de 49% da Lei de Responsabilidade Fiscal estourado. Nada a ver com o Plano dos Professores. Sem o Plano dos Professores, nós já estamos fora do Plano de Responsabilidade Fiscal. Com o Plano nós teríamos um agravamento muito intenso. Nós apresentamos as despesas ocorridas com a receita corrente líquida também realizada. Fazemos uma divisão aritmética simples e mostramos que estamos no limite dos índices da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então o Secretário comunicou ao Governador que não podia ter dado aumento. Mas o Governador, na boa vontade, quis dar e criou toda essa baianada que está aí.

Para encerrar, vamos mexer um pouquinho com o PT, para eles não esquecerem deles também. Acho que o requião está fora do normal. O Deputado Barbosa deu uma entrevista ao Impacto dizendo que o Requião precisa encontrar um psicólogo. Mas o Requião disse na “Escolinha do Barulho”, segunda-feira. E eu não sei, será que o Lula falou isso dos professores do Paraná? Se o Lula falou isso, é uma falta de respeito! Para mim o Plano teria que ser implantado a partir da data em que ele tivesse condições.

Desculpem, enganei-me. Esse sentido de ingratidão e de mediocridade corporativa demonstrada pela APP me deixa constrangido. O Lula me dizia: “quem disse foi o Requião”.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu estava na “Escolinha”, o Requião não falou essas palavras e o Lula jamais tinha dito essas palavras em relação aos professores. O Lula não falou e o Requião não falou.

O SR. JOCELITO CANTO

Vou trazer-lhe, Deputado Stica, não uma, mas três fitas para o senhor ouvir o Requião falando isso na rádio no meu programa, que foi gravado aqui na “Escolinha do Barulho” e que ele disse: “sentido de ingratidão, sentido de constrangimento. O Lula me dizia: Requião, jogue duro, porque eles estão querendo disputar a eleição, eles estão preocupados com os professores”. É a burocracia sindical querendo se manter. Não sei se é assim ou não. Mas o Lula entende mais de sindicato do que eu.

Só para falar, Sr. Presidente, que quem falou isso aqui foi o Sr. Roberto Requião, e disse que o Lula falou. Mas como não sou mentiroso e amanhã, Deputado Stica, com todo o prazer vou lhe trazer cinco fitas para o senhor ouvir o seu Governador falando isso.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Quero, neste momento, reafirmar o convite aos senhores membros da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, para que amanhã às 10h00, na sala das Comissões possamos ouvir três diretores do Porto de Paranaguá e alguns funcionários que vêm aqui nos relatar o sumiço da soja.

Vamos discutir sobre essa questão do “papa soja” amanhã, às 10h00 da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário do PDT. Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Que momento delicado atravessa o Governo Roberto Requião! Um terço do mandato já se passou e o que vemos, principalmente pela imprensa é que o caos está instaurado

É a violência, é o movimento paredista dos professores, é o bloqueio do porto de Paranaguá, além de tantos outros problemas, o próprio governador Roberto Requião demonstra total desequilíbrio em conduzir os destinos do nosso Estado.

Como disse aqui o deputado Luiz Carlos Martins, vimos hoje pela imprensa, inclusive, que o governador está mais preocupado em editar cartilhas. Hoje foi a cartilha do pedágio, já tem a cartilha do bingo, da Copel, da Ferroeste e, o que mais ouvimos aqui, de tudo que foi falado até o momento nesta Sessão, foi o destaque da “Escolinha do Professor Requião” ou “Escolinha do Barulho”. Talvez aí já demonstre um pouco da preocupação que o Governador tem com a Educação. Mas, ele age às avessas, não investindo como se deveria para melhorar a Educação no Paraná, pelo contrário, fechando cursos universitários

Em relação a esse acordo que foi fechado, como membro da Comissão de Educação, exaustivamente, nos reunimos sob a presidência do Deputado Tadeu Veneri, esse acordo foi fechado, deputado Anibelli, e vemos o

Governador xingando os professores de ingratos, dizendo que se sente indignado com a reação deles, que nada querem, a não ser respeito a essa classe tão sofrida.

Ainda falando sobre o caso do Porto de Paranaguá, o prejuízo que o Paraná está tendo com essa fila, as trapalhadas de um dos irmãos do Governador. Agora foi dito aqui de um Deputado que ouviu numa emissora de rádio dizendo que o Porto vai voltar a funcionar, enquanto o Eduardo Requião estiver na Superintendência do mesmo. As apurações sobre o sumiço de 1.610 toneladas de soja, prejuízo de um bilhão de reais, até o momento.

O que faz o senhor Governador? Ataca o Deputado Leite, através da emissora de rádio. Ataca o Deputado Federal Ricardo Barros, que estava liberando recursos na ordem de quase 150 milhões de reais, dizendo que o Paraná não precisa desse dinheiro. E colocaria de contrapartida, ou seja, colocaria mais dinheiro para fazer a obra oeste, lá do Porto de Paranaguá, o cais Oeste.

Infelizmente o Governador, com esse desrespeito, faz escola, sem trocadilhos aqui, um dos seus Secretários, ao invés de se preocupar com a escalada da violência, em todo o Paraná, que nunca atingiu níveis como esse, o Secretário da Segurança Luiz Fernando Delazari vai parar uma solenidade pública e, talvez para agradar o chefe e para dizer que aprendeu a lição numa anedota desproporcional se refere a ele mesmo como Roberto Carlos, cantor do Rio de Janeiro.

Algo de muito sério existe neste Governo. Nem mesmo os Deputados mais experientes, esses Parlamentares que são brilhantes oradores, conseguem defender o Governo Roberto Requião.

Eu repito, um terço desse mandato já se passou.

Quero, para finalizar, dizer que, em nome do Bloco Independente, com cinco Deputados Estaduais, Ratinho Júnior, Luciano Ducci, Barbosa Neto, Jocelito e Reni Pereira, votaremos contra o veto do Governador.

Falando aqui em nome de toda a Bancada do PDT, como disse o Líder Neivo Beraldin, votaremos também contra o veto do Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PT, Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres visitantes.

Hoje estamos vivenciando aqui na Assembléia um fato que não esperávamos. Não esperávamos, porque há dias atrás, também com essas galerias cheias, pudemos, por unanimidade, a Situação e a Oposição, aprovar um Plano de Cargos que era sonhado pelos professores há muitos anos. E esse Plano de Cargos que não é ainda o que almejam e que merecem os professores, mas é, sem sombra de dúvida, dentro de uma realidade hoje compro-

vada pelo que estamos aqui debatendo, o melhor Plano de Cargos que foi possível apresentar.

Os professores que aqui estão, eu dizia isso ao Secretário Maurício Requião agora há pouco, já que tive a oportunidade de ir até a Cidade da Lapa, aonde fizemos uma aula inaugural na Escola Agrícola que lá implantamos neste ano. Eu dizia para o Maurício Requião que essa caminhada que fazem os professores é mais do que justa, porque os professores ficaram mais de oito anos nessa enrolação que vejo ali naquela faixa.

Muitos dos deputados que me antecederam, fizeram parte desta Assembléia nos oito anos do governo Lerner e não tiveram aqui a coragem de subir à tribuna para defender um plano de cargos para os professores.

Conversava com o Maurício Requião e ele me dizia e eu via angústia em seus olhos quando ele dizia: Stica, como podem as coisas mudarem do dia para a noite? Como é que pode, passarmos o Natal, o 1º de ano, debruçados numa planilha de cálculos para vermos o que mais poderia ser feito para o plano de cargos, e de repente, quando saímos todos felizes, quando eu faço pronunciamento a alguns professores e sou elogiado pelo trabalho que fizemos, recebo como uma ducha de água fria da Secretaria da Fazenda de que a nossa folha, do jeito que está, chega na Lei de Responsabilidade Fiscal com 49,04%. Passível portanto, de aqui, daquela tribuna, pela Oposição, ser pedido até o impeachment do Governador. E me dizia o Maurício, veja como é a realidade do dia-a-dia de nós que estamos vivenciando a política no Estado.

O que recuperamos depois de oito anos, estamos perdendo por 45 dias. E aí, começávamos a conversar e tentar achar uma solução: qual o melhor caminho? E hoje, não vai ser votado aqui o veto do Governador, nesta proposta enviada à Casa, porque ainda está na Comissão de Legislação e Justiça. O que ouvimos até agora faz parte. Aqui sempre aconteceu que a Oposição tem o seu direito, eu também fui Oposição, tem que usar de todos os espaços; aliás a Oposição é minoria, se não aproveitar esses momentos, esses vacilos, quando é que vai aproveitar?

Mas, nós aqui, acima de tudo temos a responsabilidade de uma discussão séria e olhando olho no olho.

Eu dizia para o Maurício: agora, neste momento, tem uma comissão dos professores junto com a equipe do Governo fazendo uma discussão séria, objetiva, para ver se há algum meio.

Conversei com o professor Lemos e ele me dizia: queremos fazer qualquer proposta que venha a fazer com que o Governador não seja vítima da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas que os professores possam ver o seu retroativo pago. Até, por exemplo, um parcelamento que chegue a um ano, não há problema nenhum de ser discutido. Não sei se vai ser essa alternativa que vai sair do Palácio, nem sei se terá uma alternativa, mas quero, sem medo de errar, ter tranquilidade para discutir esse

assunto, porque temos alguns caminhos a seguir. E quais são esses caminhos?

Quando o veto chegar a esta Casa nós vamos votar, poderemos manter o veto e fica assegurado a partir do dia 1º de maio, conforme a proposta do Governador ou podemos derrubar o veto, porque podemos assim decidir e aí dois caminhos virão pela frente: primeiro, o Governador pode fazer vistas grossas à Lei de Responsabilidade Fiscal e pagar, aí ele está sujeito, inclusive, ao pedido de impeachment desses Deputados de Oposição - a não ser que aqui queiram assumir um compromisso que jamais vão pedir o impeachment ou a aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal em cima do nosso Governador; o segundo caminho é o Governo simplesmente tornar inócua a lei, porque a lei maior é a federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permite que ele cumpra e ele simplesmente não cumpre a lei, porque está autorizado por uma lei maior. Aí eu não sei se o aumento vem no dia 1º de maio ou se vem no final do ano ou se compramos uma briga e daí ficamos eternamente nessa luta que já ficamos oito anos do ex-Governo sem respeito à classe dos professores.

Por isso, quero que aqui a conversa seja franca, quero que os professores, quando voltarem as suas casas e escolas, nos ajudem a discutir esse assunto, pensando até depois da reunião que tiver hoje para sabermos quais as saídas que poderemos ter e se é que vamos tê-las.

Não posso aqui me furtar, porque ouvi muitos discursos no dia de hoje e esses 45 dias que afligem a Oposição, não deixou nos oito anos que deixaram os professores numa situação de desespero e desrespeito. Esse plano de cargos que aqui fizemos é a garantia do futuro, do respeito à categoria dos professores do Paraná e podem ter certeza que o Secretário Maurício Requião e o Governador Roberto Requião têm respeito pela categoria dos professores e não vão descansar enquanto não fizerem voltar o respeito que é devido aos professores, porque a educação vai ser a salvação do Paraná e do Brasil.

Quero, portanto, que possamos, até que venha para o voto esse veto do Governador, esgotar todas as fontes de negociações, porque tem diálogo com o Palácio, tem diálogo com a Bancada de Situação - que é majoritária nesta Casa - e não tenham dúvida, vai votar de acordo com a orientação que tivermos do Palácio, não vamos deixar o Governador passivo à Lei de Responsabilidade Fiscal e espero que até lá possamos ter uma alternativa para que possamos, definitivamente, cumprir na íntegra a promessa que foi feita aqui, quando quisemos a aprovação da nossa lei que é o plano de cargos tão lutado, tão conquistado na luta pelos professores.

Quero convidá-los para que amanhã, se puderem, estejam aqui de volta, porque em um pedido dos deputados Plauto Miró e Jocelito Canto, solicitaram que aqui estivesse o Secretário de Ciências, Tecnologia e Ensino

Superior, Aldair Rizzi, e ele estará aqui, amanhã, falando aos Deputados e quem sabe, tirando algumas dúvidas em cima do ensino de terceiro grau.

Portanto, amanhã estará aqui o Secretário, e aproveito e consulto ao Sr. Presidente sobre qual seria o horário que será usado pelo Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Se. V. Exa. fizer um requerimento, em qualquer horário. Somente solicito-lhe que encaminhe o requerimento à Mesa.

O SR. NATÁLIO STICA

Vamos fazer agora o encaminhamento de um pedido para que o Grande Expediente de amanhã seja usado pelo Secretário Aldair Rizzi para esses esclarecimentos.

Concedo um aparte ao Deputado Artagão Júnior.

O Sr. Artagão Júnior

Agradeço o aparte, Deputado Natálio Stica.

Desde pequeno sempre ouço a afirmativa que mágica não existe, mas existe, sim, a ilusão que leva as pessoas a acreditarem em alguma coisa. E, infelizmente, nesta Casa de Leis e no Estado do Paraná, existem profissionais em levar a ilusão à população do Estado do Paraná. Hoje escutamos diversos discursos, diversos pronunciamentos de pessoas que fizeram verdadeiras mágicas durante oito anos do Governo anterior - levaram as pessoas na conversa, levaram as pessoas com falsas afirmativas e hoje mudam totalmente o seu discurso, usam outra carapuça e tentam levar, mais uma vez, a ilusão à população.

O Governo Roberto Requião assumiu compromissos da campanha e em momento algum fez promessas irrealizáveis. Trinta e cinco por cento em média de reajuste, sendo 20% para uns, 105% para alguns professores em algumas classes - na tabela que foi apresentada essa é uma realidade - significa que durante este período de quinze meses de Governo foi possível a se realizar, mas que de forma alguma o Governo Roberto Requião faltará com a seriedade e com a transparência nas suas ações.

Foi afirmado aqui, pelo Deputado Fernando Ribas Carli, que o Governo não teria feito algumas ações na Universidade do Centro Oeste, em Guarapuava, universidade que representa a Região Central do Estado do Paraná. Aqui estão os decretos de estadualização dos Cursos de Agronomia e Veterinária e o decreto de reconhecimento do Curso de Pedagogia Plena naquela universidade. Mais uma vez tentam levar a ilusão à população! Aqui estão os valores, que chegam a dois milhões de reais, de benefícios que foram levados na área da educação naquela região, outra ilusão que se tentou levar a esta platéia, a estes ilustres professores.

Sem dúvida alguma, infelizmente, o Governo Requião está pagando pela transparência e pela seriedade dos seus atos, mas acima de tudo, trabalha com hones-

tidade, com lisura, com seriedade e sem mágicas, sem ilusões para a população que lhe escolheu para governar o Paraná.

O SR. NATÁLIO STICA

Quero, ao concluir, pedir aos professores que aqui estão, com toda a certeza os senhores têm todo o motivo para aqui estarem, mas peço um voto de crédito enquanto não votarmos ainda o veto, para que esta negociação que acontece hoje e que, certamente, vai continuar acontecendo, porque sem conversa nós caímos no erro e poderemos depois nos arrepender.

Vou dizer mais, dentro do Plano de Cargos tinha um item que foi retirado, infelizmente por falta de conversa, que era dos professores do ensino especial, que ganhavam em torno de trezentos e poucos reais mais 50% e a proposta que veio de retirar os 50%, mas elevando a quase setecentos e noventa o salário - matematicamente muito maior o salário que viria para os professores. E mais, um concurso para cinco mil professores do ensino especial, que ainda voltará à pauta, porque nós não pudemos aprovar, porque não houve o entendimento em relação aos 50% que sairiam.

Então, vamos conversar, porque tenho certeza que chegaremos a um bom termo. Se infelizmente não tiver feito, esta Casa terá os senhores aqui de novo no dia do voto. E nós vamos jogar sempre claro, como sempre jogamos, quando Oposição e agora como Situação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PMDB, com a palavra o Deputado Antonio Anibelli.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Gostaria de solicitar a esse eminente Deputado, Artagão Júnior, que me cedesse uma cópia dos recursos que ele conseguiu levar para Guarapuava, porque eu queria fazer uma comparação de quanto foi para Ponta Grossa para ver se o Requião é bom para Guarapuava ou se é ruim para Ponta Grossa, por favor.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados; senhoras e senhores professores.

Não poderia eu faltar em vir restabelecer a verdade. Nós ouvimos pacientemente os Deputados ou Oposição se revezarem na tribuna. Houve um artifício, eles têm experiência do Governo e usaram todos os horários.

Alguns exemplos: quero cumprimentar o Deputado Jocelito, que fez um discurso sereno, com a responsabilidade de um ex-prefeito de Ponta Grossa, que o foi durante quatro anos e que provavelmente o será na próxima eleição, ponderadíssimo: - o Executivo tem que ter muita responsabilidade. E ouvimos, do outro lado, o Deputado Luiz Carlos Martins dizer que o Governador

Requião pegou muita briga ao mesmo tempo, é verdade; pegou a briga da SANEPAR que venderam e acabaram com a tarifa social; pegamos a briga da COPEL, que venderam a nossa empresa - orgulho, a maior empresa de eletricidade deste País que tantos benefícios está gerando à nossa coletividade mais humilde; pegamos a briga do pedágio, sim, e que temos na população os professores, temos na população os caminhoneiros, os comerciantes, as associações comerciais.

Senhores professores, do roubo feito contra o patrimônio do nosso Paraná, pegamos a briga em favor dos professores, em favor dos funcionários, enfim, o Governador Requião pegou o Estado dinamitado, explodido, com uma dívida que entregou há oito anos de um bilhão e recebeu com mais de vinte. E as obras, oitenta milhões gastos com os Jogos Mundiais da Natureza, e me dizia o Presidente, Deputado Dobrandino, da região de Foz do Iguaçu, dinheiro jogado no buraco do esgoto, e deixaram de prestigiar os nossos professores, dinheiro gasto com a imprensa do Paraná, jogado pela sarjeta, dinheiro que foi e não veio, dinheiro que nós poderíamos ter do governo passado, sim, usado em favor da nossa educação.

E, nos pequenos apartes, o Deputado Durval foi muito elegante, foi o único que concedeu aparte. vejam o orgulho que nós temos de sermos companheiros de Requião, desse Secretário Maurício Requião, que é um professor, um homem que ganhava um salário de fome, um homem que foi anunciado antes da campanha que seria o Secretário. E Vossas Excelências que estão vaiando não podem estar respondendo com responsabilidade, porque o Maurício Requião, é um homem idolatrado pelos professores. Talvez os 3% em greve estejam, sim, contra ele, que talvez quisessem 150, 200 e nós não seríamos contra, mas o Paraná só pode dar isso dentro da sua responsabilidade, são oito anos contra quarenta e cinco dias. Nós, Deputada Elza, o Deputado Tadeu Veneri e outros Deputados estão no Palácio tentando ver se conseguem achar, talvez, a mágica, Deputado Artagão, talvez tentarmos ludibriar a Lei de Responsabilidade Fiscal com três ou quatro pagamentos, mas não será com o radicalismo de V. Exas., companheiros, amigos que orgulham essas galerias, que nós vamos chegar ao denominador comum, não é assim que nós podemos chegar, meus queridos professores, nós queremos a solução!

Antes de ceder o aparte ao meu querido Deputado Vanderlei Iensen, eu queria elogiar os deputados que aqui ficaram e os professores também, para ouvir um lado e ouvir o outro. Teve muitos que fizeram os primeiros discursos e foram embora, tiveram o aplauso fácil mas não aguentaram ouvir o outro lado!

Em respeito às galerias que nos visitam, nós não nos afastamos um segundo deste plenário e alguns deputados da Oposição também, nós estamos dialogando, eles dizendo uma coisa e nós dizendo outra. Mas vocês, professores, amigos, companheiros, educadores, vão ponderar, vão ver o discurso fácil de algumas que sempre

votaram contra vocês e os nossos defendendo o Governador Roberto Requião, com dignidade e falando a verdade que é a verdade de vocês.

Com o aparte o Deputado Vanderlei Iensen.

O Sr. Vanderlei Iensen

Obrigado, Deputado.

Como todos os Deputados, aqui votamos a favor dos professores, isso é inquestionável, todos nós estamos a favor dos professores! Não tem um Deputado aqui que não respeite esta classe.

Agora eu gostaria que os professores, quando fossem para casa, levassem uma reflexão: - Qual foi o melhor Governo? O Governo anterior, durante 8 anos, não deu um centavo de reajuste para os professores. O Governo Requião, em pouco mais de um ano já mandou para esta Casa, já sancionou o projeto que é o Plano de Cargos dos Professores. Eu gostaria que vocês respondessem, não para mim, mas para seus filhos, para seus amigos, para seus familiares, qual é o melhor Governo para os professores? Eu gostaria que vocês fossem para casa com esta reflexão.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Obrigado, Sr. Presidente, agradeço o aparte do Deputado Vanderlei e peço que Deus esteja em nossas consciências para que façamos na verdade um julgamento do Jaime Lerner ou do Roberto Requião.

Vão com Deus, professores!

Muito obrigado!

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do professor Pedro, do professor Zílio e dos acadêmicos de Direito da Faculdade de Dois Vizinhos, minha cidade.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu fiz há pouco um convite da tribuna para amanhã o Secretário Rizzi, mas quero retificar, acabamos de acertar com o Presidente Hermas, amanhã a Comissão de Educação desta Casa estará em Guarapuava, e por este motivo estamos transferindo para o dia 30.

Então, fica feito o convite para o dia 30.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente, Deputado Stica, para dia 30, terça-feira o Secretário Rizzi aqui nesta Casa.

Agradecemos as presenças dos ilustres visitantes que já se somam aos queridos professores que aqui ainda se encontram, nas nossas galerias.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 003/2004, subscrita pelo Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o anteprojeto de lei que objetiva autorização para aumento do capital social da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/2003, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que proíbe o condicionamento da aceitação de cheques a tempo mínimo de abertura de conta corrente. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAIC E CDC. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza a iniciativa privada a auxiliar financeiramente o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais, conforme condições que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. EMENDA DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDA DA CF E CECE.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário de nº 01, ao Substitutivo Geral de autoria do Deputado Natálio Stica, devidamente apoiada.

Emenda Aditiva de Plenário de nº 02, de autoria do Deputado Natálio Stica, devidamente apoiada.

Substitutivo Geral de Plenário de nº 03, de autoria do Deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, todos nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 284/2003

Modifica o artigo 1º do Projeto de Lei nº 284/2003, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As pessoas jurídicas de direito privado poderão estabelecer parceria educacional com o Poder Público com a finalidade de veicular sua propaganda, utilizando espaço nos uniformes escolares das instituições de educação pública do Estado do Paraná de ensino fundamental e médio, para divulgar sua razão social ou marca comercial”.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, Vanderlei Iensen, Tadeu Veneri, Ademir Bier.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Adicione-se artigo ao Projeto de Lei nº 284/2003 com a seguinte redação:

“Art. - O Governo do Estado regulamentará a presente lei, estabelecendo inclusive os valores, períodos e padrões limite para as parcerias educacionais”.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, Vanderlei Iensen, Ademir Bier e Tadeu Veneri.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 03

Art. 1º - Fica autorizado às empresas privadas auxiliar financeiramente a promoção do ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais, podendo, em contrapartida, divulgar sua razão social ou marca no uniforme escolar.

§ 1ª - A divulgação da empresa far-se-á em um único letreiro, em tamanho menor e ao lado ou abaixo da identificação da escola, antecedida da expressão - esta escola é auxiliada por -;

§ 2º - Cada escola somente poderá ser auxiliada por uma única empresa;

Art. 2º - É vedado o patrocínio escolar por empresas fabricantes de produtos manifestamente nocivos à saúde, tais como bebidas alcoólicas, cigarros e seus derivados, além de outros que, por deliberação das Associações de Pais e Mestres de cada escola, não forem considerados convenientes.

Art. 3º - Para os efeitos desta lei, empresa auxiliar do ensino fundamental e médio é aquela que cumulativamente ou não, segundo montante mínimo do auxílio financeiro a ser definido, anualmente, em Assembléia Geral das Associações de Pais e Mestres das Escolas Públicas deste Estado:

Inciso I - Providenciar a confecção e distribuição gratuita do uniforme, conforme padrão adotado pela escola, obedecida a legislação vigente sobre o uso do uniforme escolar;

Inciso II - Responsabilizar-se pelas ações e respectivas despesas com a conservação e a manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos da escola;

Inciso III - Fornecer mobiliário, equipamentos de informática, de laboratório ou outros para estudos e pesquisas nas escolas;

Inciso IV - Prover e manter atualizada a biblioteca escolar, os programas, softwares e demais instrumentos de informática, inclusive acesso à internet, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do potencial intelectual de cada aluno;

Inciso V - Fornecer aos alunos livros e demais materiais didáticos, em conformidade com a listagem oficial divulgada para cada ano letivo;

Inciso VI - Custear as despesas para o aprimoramento técnico dos professores e funcionários administrativos da escola, respeitada a legislação específica sobre o aperfeiçoamento e a valorização do magistério.

Parágrafo Único - Poderá o aluno ou seu responsável, quando for o caso, optar pela não utilização do uniforme escolar com identificação da empresa submetendo-se às normas vigentes sobre o uso de uniforme escolar para a rede pública estadual de ensino.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, Fernando Ribas Carli, Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste Substitutivo Geral de Plenário deve-se à necessidade de serem procedidas correções ao Substitutivo da CCJ, levantadas pelas Comissões de Finanças e de Educação, mediante emendas suppressivas.

Ao mesmo foram também incorporadas as alterações procedidas pela CCJ visando o aperfeiçoamento do projeto de lei e, ainda em fase de alteração aprovada nesta Casa, no último dia 15.03.04, à Lei nº 7962, de 23.11.84, quanto a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar, foi modificada a redação do parágrafo único do artigo 3º, para efeito de harmonizá-lo à legislação específica vigente à época da aprovação e sanção desta lei. **O projeto será encaminhado à CCJ.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos hotéis e estabelecimentos congêneres criarem e manterem ficha de identificação de crianças

que se hospedem nos estabelecimentos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAIC E SP.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa e Supressiva de autoria do Deputado Felipe Lucas, devidamente apoiada nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 01, AO
PROJETO DE LEI Nº 405/2003

Modifique-se os seguintes artigos na forma que se segue:

Art. 2º - *Omissis*

§ 1º - Se a criança possuir carteira de identidade, deverá ser anexada uma fotocópia da mesma à ficha de identificação da criança. Na impossibilidade de se anexar uma fotocópia da carteira de identidade da criança à ficha de identificação desta, o responsável pelo preenchimento deverá anotar na mesma os dados constantes no documento de identidade.

§ 2º - Se a criança não possuir documento que a identifique, tal fato deverá, obrigatoriamente, ser comunicado ao Conselho Tutelar e à Delegacia de Polícia local, sendo também obrigatório, neste caso, a anexação à ficha de identificação de fotocópia da carteira de identidade dos pais ou acompanhantes. Na impossibilidade de se anexar uma fotocópia da carteira de identificação dos pais ou acompanhantes à ficha de identificação desta, o responsável pelo preenchimento deverá anotar na mesma os dados constantes nos documentos de identidade.

Art. 5º - A ficha de identificação e os dados constantes na mesma serão fornecidos somente mediante requisição da Autoridade Policial, dos representantes do Ministério Público ou do Poder Judiciário.

Art. 8º - *Omissis*

§ 2º - Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem que seja observada a presente lei, aplicar-se-á a multa prevista no inciso II, concedendo-se o prazo de 15 dias para que se proceda a devida adequação, ao final do qual, persistindo a violação, será comunicado à Prefeitura para que casse o alvará de funcionamento do estabelecimento.

Art. 10 - A fiscalização do cumprimento da presente lei ficará a cargo da Secretaria de Estado responsável pela política de atendimento à criança e ao adolescente, na forma da regulamentação expedida pelo Poder Executivo, do Ministério Público, do Conselho Tutelar e da Prefeitura Municipal, no âmbito de suas atribuições.

Suprima-se integralmente o Parágrafo Único do artigo 5º abaixo:

Parágrafo Único - Solicitados os dados pela autoridade policial ou pelos órgãos da Segurança Pública, serão os mesmos fornecidos diretamente a esta, ou quando haja urgência serão, incontinenti, transmitidos via fax ou por e-mail.

Sala das Sessões, em 22.04.2004.

(a) FELIPE LUCAS

Apoiamento:

Francisco Bühner, Marcos Isfer, Carlos Simões, Doutor Luciano, Cida Borghetti, Antonio Anibelli, Hermes Fonseca e Ratinho Júnior.

O projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o “Festival Estadual de Teatro Estudantil”, a ser organizado através da Secretaria de Estado da Educação e/ou da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do Deputado Natálio Stica, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 561/2003

Modifica o do artigo 6º do Projeto de Lei nº 561/2003, passando os mesmos a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 23.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, Vanderlei Iensen, Ademir Bier e Tadeu Veneri.

O projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 625/2003, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Kaloré. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ADEMIR BIER (Pela Ordem)

Protocolei um requerimento pedindo o adiamento por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Já está em nossas mãos o requerimento do Deputado Ademir Bier, solicitando a retirada da pauta do item nº 6, por duas Sessões. É um projeto de sua autoria.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 672/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão do peixe nos cardápios dos programas de alimentação escolar e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 369, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 672/2003.

O SR. LUIZ NISHIMORI (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito da cidade de Angro, o Zezão, nosso amigo, que foi Presidente da AMUSEP com muito sucesso.

Muito obrigado pela presença, Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Agradeço a presença do ilustre visitante.

Sobre a mesa, Requerimento nº 325, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 331, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente de Sessão anterior. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 357 e 358, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 361 e 362, de autoria do Deputado Doutor Luciano, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 364, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 366, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 367, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli, Elio Rusch e demais Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 368, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 370, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NATÁLIO STICA

Peço ao Sr. Presidente que faça a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

(Lê):

“REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

“Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUEREM**, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29.01.2003.

- Se é verdadeira a informação prestada pelo Deputado Waldir Leite em Sessão Plenária na presente data, que o Sr. Governador solicitou ao Prefeito Municipal de Paranaguá, Mário Roque, a compra de duas piscinas - pagas com dois cheques no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a serem instaladas na Ilha das Cobras.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(aa) BARBOSA NETO, JOCELITO CANTO, DOUTOR LUCIANO, RATINHO JÚNIOR e RENI PEREIRA”.

O SR. NATÁLIO STICA (Para Encaminhar)

Este requerimento, na verdade, está já anexado, faz parte de um requerimento que acabamos de aprovar enviado exatamente ao Ministério Público. O requerimento que aprovamos agora manda ao Ministério Público, inclusive, as transcrições da fala do Prefeito Mário Roque, de Paranaguá, onde tem as citações do Deputado Leite. O Ministério Público é quem deve fazer de fato as investigações.

No mais, o Deputado Leite, como é amigo do Prefeito pode até trazê-lo um dia aqui. Por isso, pedimos que votem contrário a esse requerimento, já que estamos enviando ao Ministério Público.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)

Esse requerimento que estamos fazendo, Sr. Presidente, na verdade não é o Prefeito de Paranaguá. O Deputado Leite disse nesta Casa ontem e nos chamou a atenção, ele disse que: o Governador disse que iria mandar os sigilos fiscais e bancários do Deputado Leite e do Prefeito Roque. E que o Prefeito Roque, de Paranaguá, respondeu ao Governador, numa emissora de rádio lá em Paranaguá, dizendo que aceitava abrir o seu sigilo bancário. Mas que o que primeiro encontraria lá seriam dois cheques de cinco mil reais que o Governador pediu-lhe que comprasse duas piscinas para colocar na Ilha das Cobras. Quem disse isso foi o Prefeito, e que essas piscinas seriam colocadas, lá, na Ilha das Cobras, porque a primeira dama do Estado, Maristela Requião, não gosta da praia e gostaria de ter duas piscinas na Ilha das Cobras.

Sr. Presidente, o Collor foi cassado por um Fiat Elba que hoje não custa nem dez mil reais, acredito. Como é que o Governador deste Estado do Paraná solicita a um Prefeito que tire do seu bolso mais de dez mil reais para comprar duas piscinas para a Ilha das Cobras? Por que é que o Governo não compra as piscinas, então? Eu não entendo, por que é que foi feito esse pedido? E gostaria de saber a resposta de S. Exa. o Governador e o meu requerimento é no sentido de que ele responda. É só isso.

Quero saber se o Governador pediu ao Prefeito Roque que compre as duas piscinas, só isso, não quero mais nada! Só quero saber se ele vai confirmar, porque, recentemente disse, lá no Palácio Iguazu, que os deputados queriam receber comissões das emendas. Eu fiz um requerimento e mandei ao Governador. E, para surpresa minha, o Governador disse que não falou aquilo, que a Imprensa do Paraná que mentiu, que foi mentiroso o jornalista que escreveu aqui. Está num requerimento escrito por S. Exa. o Governador Roberto Requião.

Recentemente o Governador disse mais, disse que os deputados queriam receber jeton para votar o aumento dos professores. O que não é verdade, o que é outra mentira. Então, quero saber quem é que é pinóquio nesse Paraná? Quem é que mente?

Solicito a V. Exa., que deixe o Governador dentro da transparência, dentro da Carta de Puebla, respeito, que ele responda e só diga se ele pediu ao Prefeito ou não. Só quero que o Governador responda. Se ele não pediu, que diga que não, mas acho injusto o Deputado Stica, um membro do Partido dos Trabalhadores que tanto condenou, aqui se rejeitar requerimentos do governo anterior, venha pedir nesta Casa que neste momento um requerimento nosso, da Bancada dos Independentes, só quer saber do Governador se ele pediu ou não pediu as piscinas. Se não pediu, que ele diga a este Deputado.

Peço que os Deputados votem a favor, porque quero saber. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (Para Encaminhar)

Gostaria apenas de frisar aqui o caminho que estamos tomando nesta Casa. A Assembléia Legislativa tem, numa de suas prerrogativas, o envio de pedido de informações, de requerimentos àqueles que estão no Poder Executivo. Inclusive o próprio Governador disse aqui, que no máximo em cinco dias ele estaria respondendo aos requerimentos enviados para as Secretarias diversas.

Vejo que estamos nos equivocando da nossa real função de investigar os atos do Executivo. Não podemos abrir mão dessa soberana prerrogativa do Plenário. Por isso conclamo aqui, até para que não paire nenhum tipo de dúvidas em relação ao que disse ou ao que deixou de

dizer o Governador, para que esse requerimento seja aprovado nesta tarde de hoje. Independentemente do trabalho do Ministério Público. Os Procuradores, os Promotores têm a sua nobre função. Agora nós também somos pagos para investigar e para legislar e é o que nós estamos fazendo através desse requerimento que é justo e a decisão do Plenário é soberana.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Eu pediria a V. Exa., com aquiescência dos demais Deputados: esse requerimento anterior já foi encaminhado pelo Ministério Público, muito mais do que o Governador responder sim ou não. O Ministério Público vai ver se é verdade, se o Governador pediu, se o Mário Roque disse isso. E o Ministério Público vai responder, não somos nós, o Governador jamais faria uma indignidade dessas, e ainda é uma ofensa falar na Dona Maristela. Isso é brincadeira de pessoa sem caráter.

Não admito que ofenda o Governador com palavras de baixo calão desse jeito. V. Exa., por determinação deveria apensar esse requerimento ao primeiro votado, porque trata-se do mesmo assunto, senão, nós vamos começar a perguntar se cada Deputado recebeu dinheiro de rádio, se foi cogitado pelo Lerner para ser corrompido. Não é brincadeira. Isso é coisa séria para ser tratada numa Sessão de tanto benefício que teve o engrandecimento desta Casa e dos nossos professores.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, vejo a razão do Deputado Jocelito Canto de fazer a pergunta e talvez de outros Deputados. Mas veja só, o centro dessa questão é saber a razão por que é que o Prefeito da cidade disse que construiu uma piscina num patrimônio público do Estado do Paraná, que é a dependência lá da Ilha das Cobras. Ora! Se os senhores querem saber a razão, não tem problema nenhum, a Assembléia Legislativa pode aprovar um requerimento nesse sentido.

Então, os senhores mudem o requerimento, perguntem ao Prefeito, porque é ele que está dizendo que fez isso. Agora, não podemos aceitar, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Não tenho prerrogativa!

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

O senhor tem prerrogativa!

A Assembléia Legislativa é patrimônio público. E o Prefeito está subordinado à Constituição do Estado do Paraná. A Assembléia Legislativa pode fazer esse requerimento.

Agora, não posso entender a boa-fé do seu requerimento, Jocelito Canto. Desculpe-me, o senhor é meu colega, mas não posso entender a boa-fé porque esse tipo de requerimento é como nós queremos fazer uma nega-

tiva acusando alguém. Então é mais ou menos dizendo o seguinte: olha não tem nenhuma acusação contra o senhor. Mas aí sai um título na imprensa dizendo o seguinte: “O Deputado Jocelito Canto nega que foi com dinheiro público para o exterior! O senhor não tem viagem marcada. E eu coloco uma manchete dessa natureza. Veja só! Então o requerimento que o senhor está fazendo. O Governador Roberto Requião não solicitou, e o senhor sabe disso.

O SR. JOCELITO CANTO

Deputado, não fui eu quem fez a denúncia. Estou preocupado porque tem cinco requerimentos nossos da Bancada Independente hoje. O Deputado Leite que é Parlamentar nesta Casa...

(Vozes paralelas)

O SR. ÂNGELO VANHONI **(Pela Ordem)**

Eu acho que nós temos que votar esse requerimento. Vou votar contra, porque o requerimento é correto, quer saber alguma informação solicite ao Tribunal de Contas, solicite ao Ministério Público que traga as informações. Agora o Governador Roberto Requião, é evidente que não pediu, não fez nenhuma solicitação ao Prefeito de Paranaguá. V. Exa. sabe disso.

Então V. Exa. está utilizando de um subterfúgio, para querer trazer qualquer mal-estar para o Governador, e acho que a figura do Governador deve ser respeitada.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Vai se proceder à votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Não estou entendendo a preocupação dos Líderes dos Partidos e dos Líderes do Governo com relação ao requerimento. Estão dizendo se o Governador não tem preocupação nenhuma porque estão segurando meramente um requerimento que pede uma informação e que vai trazer informação, para que aqui venha acabar essa situação.

O que tem de mais o Deputado Jocelito, dentro das suas prerrogativas apresentar um pedido de informações? Agora, quero perguntar, a piscina está lá mesmo?

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Está em votação.

Deputados que aprovam o requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Nelson Tureck)**

Dezesseis Deputados.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Dezesseis Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO

Verificação de votação. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Vai se proceder à verificação de votação.

Dezesseis Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Cinco Srs. Deputados votaram.

Não há quórum para deliberação.

O SR. JOCELITO CANTO

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Vai se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO **(Pela Ordem)**

Pediria a V. Exa. que descontasse o salário dos Deputados que não estão nesta Casa. Não é brincadeira que nós estejamos até o final da Sessão e tem Deputados que aqui não estão! Hoje pela manhã nós não fizemos Sessão da CCJ. Quero pedir a esta Casa, é a segunda semana que não tem Comissão de Justiça nesta Casa, porque tem Deputado que não aparece na Comissão de Justiça! Aí dizem que os Deputados são preguiçosos e não querem trabalhar.

Eu vou e volto de Ponta Grossa, termino meu programa e me arrebento para chegar às 11h00 aqui e chego na Sessão da CCJ e não tem quórum para votar! E assuntos importantes acabam ficando para depois. Agora neste momento, nós estamos com dez, doze deputados e o restante, cadê?

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

A sua solicitação será encaminhada à Mesa Executiva.

O SR. ANTONIO ANIBELLI **(Pela Ordem)**

Gostaria de responder ao Deputado Jocelito que existem quatro ou cinco Deputados que estão no Palácio Iguaçu desde às duas e meia. Três em Paranaguá, três em Brasília. Quer dizer, eles estão em missão oficial representando a todos nós. Acho que esse radicalismo não vai nos levar a nada. O deputado vai lá e é descontado do salário. É brincadeira, porque ele está trabalhando.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Vamos proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Nelson Tureck)**

(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Vinte e dois Srs. Deputados. Há quórum para prosseguimento da Sessão, mas não há quórum para deliberação.

Pela ordem, o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Gostaria de consultar V. Exa.. No começo desta Sessão foi aprovado um dos dois requerimentos meus, gostaria de consultar essa presidência: quais foram os requerimentos? Nós temos cinco requerimentos e dois, no começo, foram aprovados.

Gostaria de saber o que diz o requerimento, porque até o presente momento não sabemos quais foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito à assessoria da Mesa para passar os requerimentos aprovados.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Veja, Sr. Presidente, embora nós não possamos mais hoje votar, mas é bom que a gente diga e os deputados têm que saber, que esta Casa não vai tolher nenhum Deputado de fazer pedido de informação.

Agora, temos que ter um mínimo de cuidado quando fizer e encaminhar um pedido de informação sob pena de ficarmos no descrédito.

Há um pedido do Deputado Jocelito, que pede cópia da Análise Técnica sobre o Parecer de Prestação de Contas do Governo do Estado, na gestão anterior do Governo Requião de 91 a 94.

Primeiro, eu me lembro porque era Vereador em Curitiba, eleito em 92. Eu começava vir muito aqui na Casa acompanhar os trabalhos e me lembro de ver o Deputado Jocelito Canto, aqui, em 93 e 94, portanto nessa época.

O Deputado Jocelito, como já é a longo tempo Deputado desta Casa deve saber e, eu, agora, como sou um Deputado novo, não tinha certeza, fui consultar aqui, o Presidente Hermas Brandão. Ele me disse o seguinte: Tudo que é aprovado no Tribunal de Contas está aqui na Casa, nos arquivos desta Casa. Portanto, não há necessidade de pedido de informações ser votado e aprovado, já que a Casa tem aqui tudo que foi discutido e passou para o Tribunal de Contas.

Então, o Deputado Jocelito tem à sua disposição, nos arquivos, o pedido que o senhor requer do Governo 91/94, do Governador Requião. Não vamos aqui passar vexame com pedidos inócuos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Jocelito, eu respondo à sua questão de ordem anteriormente solicitada.

O senhor solicitou à Mesa que lesse os requerimentos que estivessem aprovados de autoria de V. Exa. Esse que o Deputado Stica acabou de falar: V. Exa. requer envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas solicitando a cópia da análise técnica sobre a prestação de contas do Governo do Estado na gestão do Governador Roberto Requião de 91 a 94.

Foi aprovado.

O SR. NATÁLIO STICA

Mas ele pode pegar aqui amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O outro requerimento que V. Exa. encaminhou à Mesa também aprovado, requer o envio de expediente ao Governador, solicitando algumas informações: quando foi recebido pelo Governo do Estado o relatório final da CPI do BANESTADO e se foram tomadas providências no sentido de requerer judicialmente ao Banco Central ressarcimento de diferenças cobradas a maior, no cálculo do custo da dívida do Banco do Estado do Paraná, quando do seu saneamento.

Foram os dois requerimentos aprovados.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o Deputado Stica, Líder do Governo, jamais poderia falar o que falou agora aqui.

O SR. NATÁLIO STICA

Não sou Líder do Governo, ainda!

O SR. JOCELITO CANTO

De fato, não, mas de direito, sim!

Sr. Presidente, o Deputado tem direito, segundo o Regimento Interno desta Casa, de perguntar ao Tribunal de Contas. Estou perguntando, porque recentemente vi aqui pessoas falando de propaganda e vi hoje de novo, alguém falando de rádio e televisão aqui e como sou um radialista, estou levantando os custos do Governo Requião, do Governo Lerner. E vai ter muita surpresa. Faz mais de 90 dias que estou trabalhando nisso.

Então, quero os dados, porque já pedi ao Governador que me informasse as contas dele e ele disse que quando Deputado quisesse, ele ia responder em cinco dias. O Palácio Iguaçu me respondeu que não tem o quanto o Sr. Requião gastou no seu primeiro mandato. Ele sugeriu a mim que pedisse ao Tribunal de Contas.

O que eu fiz? Estou pedindo ao Tribunal de Contas de acordo como determina o Regimento Interno desta Casa.

Quanto aos ofícios, esse governo tem que acertar quem é o Líder, o senhor ou o Vanhoni porque dois requerimentos meus passaram e vocês nem viram.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Respondo à sua questão de ordem. V. Exa., como Parlamentar, de acordo com o Regimento Interno, tem direito absoluto de apresentar requerimentos à Mesa. E a Mesa, entendendo o requerimento precedente, coloca em votação. Aprovado, ele passa a ser não. Como foram os dois casos aí.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Primeiro, a questão da liderança é exclusiva de responsabilidade do Governador. Ele define quem é o Líder, como quiser e quando quiser.

Deputado Jocelito, deixe essa responsabilidade que é do governo.

Segundo, deixamos passar o requerimento. Não ficamos dormindo. Deixamos porque ainda tenho esperança de que o Tribunal de Contas mande uma resposta dizendo ao Deputado Jocelito que ele pode pedir já no primeiro momento para esta Casa, que já tem aqui nos seus arquivos, inclusive quando o senhor era Situação E hoje o senhor volta aqui como Oposição e faz tudo isso para fazer um carnaval nesta Casa, sob pena de nós Deputados recebermos essa informação do Tribunal dizendo que está já nos arquivos da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 027/2004.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 011, 690 e 727/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 506, 639, 640, 732, 737/2003, 028, 035 e 048/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 228/2003

I - exonerar, a pedido, MARCELO PUPIO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 02 de maio de 2003;

II - prover MAURO JUDAS BARATTER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 2 de maio de 2003;

III - prover PAULO RICARDO SCHIER, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Ademar Traiano, a partir de 02 de maio de 2003;

IV - prover PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA GAIGA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Ademar Traiano, a partir de 02 de maio de 2003;

V - exonerar, a pedido, EDSON ALVES DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 02 de maio de 2003;

VI - prover RENATA GESSI ZANELLA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 02 de maio de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 229/2003

I - prover AIRTON MIGUEL SIMONETTI, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 02 de maio de 2003;

II - prover PAULO CEZAR MALDANER, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 02 de maio de 2003;

III - prover LUIZ CARLOS DE PAULA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 02 de maio de 2003;

IV - prover FLÁVIA ELIZA HOLLEBEN PIANA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Ratinho Júnior, a partir de 02 de maio de 2003;

V - prover VIVIANE TABORDA DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 02 de maio de 2003;

VI - prover VANUSA APARECIDA HOFFMANN, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 02 de maio de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 230/2003

I - prover JOANA MÉRI KAUCZ, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Waldir Leite, a partir de 02 de maio de 2003;

II - prover EDUARDO CHEDE JÚNIOR, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 02 de maio de 2003;

III - prover LUCAS OSCAR TREVISAN, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 02 de maio de 2003;

IV - prover JOÃO CLODIS BEVILAQUA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 02 de maio de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 231/2003

I - exonerar, a pedido, MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 3ª Vice-Presidência, a partir de 02 de maio de 2003;

II - exonerar, a pedido, JOSÉ DA COSTA LEITE JÚNIOR, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Waldir Leite, a partir de 02 de maio de 2003;

III - prover MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Waldir Leite, a partir de 02 de maio de 2003;

IV - prover JOSÉ DA COSTA LEITE JÚNIOR, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 3ª Vice-Presidência, a partir de 02 de maio de 2003;

V - exonerar, a pedido, JOSÉ SILVIO GORE FILHO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPS, a partir de 02 de maio de 2003;

VI - exonerar, a pedido, VALQUIRIA LINHARES LEITE, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Waldir Leite, a partir de 02 de maio de 2003;

VII - prover JOSÉ SILVIO GORE FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Waldir Leite, a partir de 02 de maio de 2003;

VIII - prover VALQUIRIA LINHARES LEITE, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPS, a partir de 02 de maio de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 232/2003

prover os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Waldir Leite, a partir de 02 de maio de 2003, conforme especifica:

LUIZ CARLOS DA COSTA LEITE
VALDECIR LUSSANI
LUCIMERI MENDES DE FREITAS
MÁRCIA TURCHETI DA COSTA LEITE
LUIZ DURVAL DE ALMEIDA SÁ JÚNIOR
ADALBERTO CARLOS CARNEIRO
LAURO MENDES DOS SANTOS
JORGE DE SOUZA
JUVENAL DE SOUZA DOS SANTOS
GILBERTO ZATTAR - DAS-5.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.05.2004.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 233/2003

Exonerar, a pedido, OCTÁVIO AUGUSTO DE LEÃO BUCHI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Alexandre Curi, a partir de 02 de maio de 2003.

(Prot. nº 3689/2003)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.05.2004.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 234/2003

I - Prover RACHEL CALLAI BRAGATTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabi-

nete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 02 de maio de 2003;

II - prover ALEXANDRE DE SALLES GONÇALVES, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 02 de maio de 2003.

(Prot. nº 3788/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 235/2003

Prover VALTER ANTONIO PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Natálio Stica, a partir de 02 de maio de 2003.

(Prot. nº 3795/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 237/2003

I - Prover ANTONIO DIONISIO FILHO, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 02 de maio de 2003.

II - prover MARJORIE LUCIANA TOSIN, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 02 de maio de 2003.

III - prover ANTONIO MARCOS GONÇALVES MARTINS, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 02 de maio de 2003.

IV - prover SUELI DO RÓCIO PIZZA, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 02 de maio de 2003.

V - prover MARIANA SILVA MARTINS, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 02 de maio de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 238/2003

I - Prover ELISANDRO LUIZ FANTON, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PTB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover TERESINHA DE FÁTIMA DE ALMEIDA, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PTB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover LORENI SALETE DIAS PIMENTEL, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PTB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

IV - prover JAIR ANDRÉ DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PTB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

V - prover MARICELIS CRISTHINA FECCHIO, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PTB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

VI - prover JOSÉ DEODATO SKROSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 239/2003-A

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, dos cargos em Comissão do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de fevereiro de 2003, conforme especifica:

WILSON JOSÉ RANUCCI
RENATA DE OLIVEIRA MENDES
ANTONIO CARLOS FRANCISCONI
RAQUEL DE OLIVEIRA MENDES XAVIER
DEBORAH CRISTINA GOMES MOUTINHO
MACHADO
GASSAN HANDAR
FELIPE DE LA PAZ QUINTANA
FABIANA FERREIRA
ROBERTO PEREIRA TEIXEIRA
ALEXANDRA PORTES BIANEK

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 239/2003

Prover os servidores, abaixo relacionados, dos cargos em Comissão do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de fevereiro de 2003, conforme especifica:

JOAQUIM BATISTA DA SILVA FILHO - DAS-5
MARCELO RUMOR - 1GP-1
SANDRA MARA BALTAZAR - 1GP-1
CHARLES FRIEDRICH NETO - 1GP-2
LUIZA DE OLIVEIRA LITERONI SILVA
MARCELO RICARDO FERREIRA - 2GP-3
MARLENE ZANINI - DAS-5

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 240/2003

I - Exonerar, a pedido, DIRLEI TEREZINHA SPAGNOL DE MOURA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Suprimentos, da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover PAULO CESAR SILVEIRA DA MOTA PIMPÃO, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-4, do Coordenador da Coordenadoria de Suprimentos, da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover DIRLEI TEREZINHA SPAGNOL DE MOURA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Sub-Diretora da Diretoria Administrativa, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

IV - prover ROBERTA CAPODAGLIO BUENO, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

V - prover FRANCISCO ALVES DE MOURA JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto, da Coordenadoria de Protocolo, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

VI - prover VINICIUS BULIGON, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador da Coordenadoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

VII - prover MARIA RICARDINA RUPPEL SOTTO MAIOR, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Presidência, a partir de 1º de janeiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 241/2003

I - Prover CARLA MARIA MARTINS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover PAULO SERGIO MAURO MORAIS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover KALINKA TANNIELLE PIMENTA MANDUCA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

IV - prover LEANDRO PANASOLO, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 1ª Secretária, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 242/2003

I - Exonerar a pedido, JECERLI DE MACEDO PACHECO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover JERCELI DE MACEDO PACHECO, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover MOISES ADILSON VELOZO, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

IV - prover DJENIFER DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do Deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

V - exonerar, a pedido, MAURICIO LARA PACHECO, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

VI - prover VERA LUCIA DA SILVA SANTOS, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 5ª Secretária, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 243/2003

I - Exonerar, a pedido, KATIA MELEGATTI TEIXEIRA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do

Deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - exonerar, a pedido, ROSANGELA DELMAS CRUZ, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover ALESSANDRA DA SILVA SOARES, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 244/2003

Prover os servidores abaixo relacionados, todos para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

RAFAEL CORDEIRO JUSTUS
ALESSANDRO CONFORTO
KLEBER OLIVEIRA FONSECA
FERNANDO SICURO
RONEY MAILU DE LAZZARI
ORLANDO CONFORTO
LOURIVAL PINTO DIAS
MARIA BEZERRA GUIMARÃES

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 245/2003

Prover os servidores abaixo relacionados, todos para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

RODRIGO VIEIRA PROENÇA
CÍCERO BEZERRA GUIMARÃES
LUIZ CARLOS DE CARVALHO
ANTONIO PEDRO ZAMPIER
EDGARD MEIRA DE VASCONCELLOS
EVERSON AMBROSIO KRAVETZ
JOSÉ NEY PISSETI.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 246/2003

I - Exonerar, a pedido, ROBERTO ALVEZ GONZAGA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - exonerar, a pedido, VITOR JOSÉ DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - exonerar, a pedido, GERALDO JOÃO FANTINATI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

IV - exonerar, a pedido, KÁTIA LISANGELA DE OLIVEIRA MORBIS, do cargo em Comissão, junto

ao gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

V - exonerar, a pedido, LIDIA CRISTINA MARTINS MACIEL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

VI - exonerar, a pedido, ANALUCIA BONOTTO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

VII - prover ANALUCIA BONOTTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 247/2003

I - Exonerar, a pedido, ANTONIO FRANCISCO DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 01 de março de 2003;

II - exonerar, a pedido, AFONSO FAUSTO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - exonerar, a pedido, DIVONSIR CUSTÓDIO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

IV - prover DIVONSIR CUSTÓDIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

V - prover FERNANDO ANTONIO GORGI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 248/2003

Prover os servidores abaixo relacionados, todos para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 02 de maio de 2003, conforme especifica:

AUGUSTO RENE BRUEL
JANETE MENDES DE GENARO
RICARDO SAIS
ELIANA LANG AGE
FRANCISCO FELIPE DE OLIVEIRA AGE
SIBILA HIRT LEONE
CLARISSA LEONE.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 249/2003

I - Prover ANTONIO MAXIMILIANO MATIOLLI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Presidência, a partir de 02 de maio de 2003;

II - prover ELIDIO ZIMERMAN DE MORAES, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 02 de maio de 2003;

III - prover JONATAS FELISBERTO DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 02 de maio de 2003;

IV - prover DANIELE TRENTINI, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 02 de maio de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 250/2003

Prover os servidores abaixo relacionados, todos para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Augustinho Zucchi, a partir de 02 de maio de 2003, conforme especifica:

ANDRÉ PEREIRA MARIANO

AROLD BEBBER

OSVALDO ELIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.05.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Ata de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS
JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e três, às 11h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, no auditório anexo ao Plenário, sob a Presidência do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fernando Ribas Carli, Renato Gaúcho, Plauto Miró Guimarães e Luiz Fernandes da Silva Litro. Dado início aos trabalhos, o Presidente Dobrandino da Silva agradeceu aos funcionários da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas, enaltecendo todo o trabalho realizado pela equipe de funcionários. Em seguida, realizou uma avaliação do trabalho realizado, passando a palavra ao relator Deputado Fernando Ribas Carli, o qual agradeceu toda a equipe envolvida nos trabalhos, salientando que a intenção da CPI foi a de levantar os acontecimentos ocorridos durante os Jogos Mundiais da Natureza, frisando que o relatório será encaminhado à Presidência para que as providências necessárias sejam adotadas. Por fim, o relator realizou a leitura do relatório final. Após a leitura, o Presidente da CPI realizou a votação do relatório final, o qual foi aprovado pelos Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata, que vai assinada por ele e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente

Everlei Terezinha Cleto - Secretária